

---

LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

---

**Lucas Aversente**

**Aplicação e os efeitos da política de reserva de  
vagas na UNESP.**

**Lucas Aversente**

Aplicação e os efeitos da Política de reserva de vagas na UNESP

Orientador: José Euzébio de Oliveira Souza Aragão

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de Biociências da  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de  
Mesquita Filho” - Câmpus de Rio Claro,  
para obtenção do grau de Licenciado em  
Pedagogia.**

Rio Claro

2022

A953a                    Aversente, Lucas  
                              Aplicação e os efeitos da Política de reserva de vagas na UNESP /  
Lucas Aversente. -- Rio Claro, 2022  
                              58 p.

                              Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) -  
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio  
Claro  
                              Orientador: José Euzébio de Oliveira Souza Aragão

                              1. Ações afirmativas. 2. Reserva de vagas. 3. Política de  
permanência estudantil. 4. UNESP. 5. Acesso universidade publica. I.  
Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de  
Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

**Lucas Aversente**

**Aplicação e os efeitos da política de reserva de vagas na  
UNESP.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto de Biociências –  
Câmpus de Rio Claro, da Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,  
para obtenção do grau de Licenciado em  
Pedagogia.

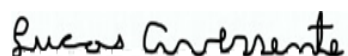
BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. José Euzébio de Oliveira Souza Aragão.

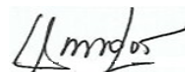
Prof. Dra. Débora Cristina Fonseca

Prof. Dr. Reginaldo de Souza Silva

Aprovado em: 28 de Junho de 2022



Assinatura do discente



Assinatura do(a) orientador(a)

**Dedico esse trabalho a minha avó e  
a minha tia, finadas durante a  
pandemia do COVID 19.**

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a minha família de sangue, agradeço minha mãe por sempre me incentivar ao estudo mesmo que muitas vezes contra minha vontade, por sempre me mostrar o caminho certo e pelo seu trabalho, peço desculpas pelas brigas e os desentendimentos, que muitas vezes podia ter evitado, obrigado por acreditar em mim e não me deixar fazer as escolhas erradas e por ser a grande mulher que é. Agradeço meu pai pelos conselhos e por conversas e ensinamentos que muitas vezes por teimosia tive que aprender por mim mesmo, seu esforço como trabalhador autônomo, talvez tenha colaborado para que tivéssemos menos tempo juntos, mas sempre que pôde se fez presente e espero compensar esse tempo, obrigado pelo exemplo de homem que você é para mim pretendo um dia se possível passar seus ensinamentos para meus futuros filhos. Agradeço a meu irmão pelas brincadeiras, as lutinhas e por sempre estar presente quando precisei obrigado pelo carinho e apesar de discordarmos em algumas visões, eu te admiro muito.

Agradeço ao meu mestre de capoeira Vagner Farias e meus irmãos de capoeira Rafael Rabello (Treinel), Felipe Domingos, Wesley Silva, Gabriel Rocha Benazzi e todos os membros da Escola Piracicabana de Capoeira Angola (EPCA), por me aproximar dessa cultura ancestral, trazer responsabilidade e ao mesmo tempo paz em tempos tão difíceis que temos passados nesses últimos anos.

Deixo uma menção honrosa a minha avó Virginia David e minha tia Vera Lucia Roxo Moreira, que não conseguiram ver o fim da pandemia.

Por último agradeço meu orientador, José Euzébio de Oliveira Souza Aragão, que está me orientado pela segunda vez em um trabalho de conclusão de curso, espero que um dia me oriente a dissertação de mestrado e tese de doutorado, admiro muito suas capacidades de professor e gestor espero um dia ter sua competência profissional.

## Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso trata de uma análise da aplicação da política de reserva de vagas na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Como objetivos investigaremos como a política vem afetando o perfil do estudante da UNESP, se as políticas de suporte como o caso das políticas de permanência estão se adequando ao aumento de alunos que necessitam das mesmas, se os alunos matriculados pelo sistema de reserva de vagas tem sucesso acadêmico equivalente aos do sistema universal de ingresso e por fim um breve ensaio sobre a potência e a resistência das políticas de reserva de vagas na pós-graduação. Para tais objetivos iniciaremos explorando o mecanismo do vestibular como funil social e os efeitos da reserva de vagas, para depois discutir a necessidade das políticas de permanência para a não evasão e qualidade de aprendizado para o público universitário em vulnerabilidade econômica e social, entender como estão estruturadas as políticas de permanência estudantil na UNESP, quais foram as suas estratégias e ações frente a nova dinâmica imposta pela reserva de vagas e por último analisaremos o funcionamento da seleção na pós-graduação e o poder que envolve essa etapa do ensino superior. A política de reserva de vagas está dentro do que conhecemos como políticas de ações afirmativas. As políticas de ações afirmativas são mecanismos de reparação histórica, para grupos marginalizados e injustiçados, que tem seu foco principalmente na educação e no mundo do trabalho, apostando nessas políticas como formas de se diminuir as desigualdades raciais e sociais. Foi possível concluir que de forma geral a presença dos alunos matriculados pelo sistema de reserva de vagas não diminuiu a qualidade da universidade, e ao contrario do que se pensava diminui os índices de evasão da UNESP.

Palavras-chaves: Reserva de vagas, UNESP, Permanência estudantil, Política de ação afirmativa.

## **Abstract**

This course conclusion work deals with an analysis of the application of the vacancy reservation policy at the Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). As objectives, we will investigate how the policy has been affecting the profile of UNESP's students, if support policies such as the permanence policies are adapting to the increase in students who need them, if students enrolled by the vacancy reservation system have academic success equivalent to those of the universal admission system and, finally, a brief essay on the power and resistance of postgraduate vacancy reservation policies. For these purposes, we will start by exploring the vestibular mechanism as a social funnel and the effects of the reservation of vacancies, and then discuss the need for permanence policies for non-avoidance and quality of learning for university students in economic and social vulnerability, to understand how they are structured the student permanence policies at UNESP, what were their strategies and actions in the face of the new dynamics imposed by the reservation of vacancies and finally we will analyze the functioning of the selection in the graduate and the power that involves this stage of higher education. The vacancy reservation policy is within what we know as affirmative action policies. Affirmative action policies are mechanisms of historical reparation for marginalized and wronged groups, which focus mainly on education and the world of work, betting on these policies as ways to reduce racial and social inequalities. It was possible to conclude that, in general, the presence of students enrolled by the vacancy reservation system did not decrease the quality of the university, and, contrary to what was thought, it decreases the dropout rates of UNESP.

**Keywords:** Reservation of vacancies, UNESP, Student permanence, Affirmative action policy.



## **Sumário**

1. Introdução.....	5
1.1 Metodologia.....	8
2. Vestibular UNESP inferências sobre o mecanismo de exclusão e o impacto da implementação da política de reserva de vagas no vestibular. ....	8
2.1 Vestibular e relação com segmentação do ensino/educação básico(a) e raça/etnia.....	9
2.2 O mecanismo de exclusão do vestibular UNESP.....	11
2.3 O acesso após a implantação da política de reserva de vagas na UNESP. ....	16
2.4 Relação permanência e o sucesso da política de reserva de vagas. ....	21
3. Configurações da políticas de permanência na UNESP.....	27
3.2 Dados da execução da permanência e relação com a reserva de vagas.	34
4. Sucesso dos alunos que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas na UNESP.....	36
5. Política de reserva de vagas na pós-graduação.....	44
6 Considerações finais.....	49
Referências .....	51

## 1. Introdução

Este trabalho de conclusão do curso de pedagogia, Unesp Campus Rio Claro-SP trata de uma análise da aplicação e os efeitos da política de reserva de vagas na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), dentre os aspectos investigados se busca entender como está o acesso das minorias em expressão política pós-colocação/implementação da política de reserva de vagas, se a estrutura de permanência estudantil esta sendo capaz de absorver o aumento de demanda impulsionado por essa medida, se esses grupos recém-introduzidos nos espaços universitários estão tendo sucesso acadêmico e por fim uma discussão da necessidade estratégica de políticas de reserva de vagas nos programas de pós-graduação.

A política de reserva de vagas esta dentro do que classificamos como políticas de ações afirmativas que tem como foco propor intervenções que promovam equidade diminuindo as desigualdades e aumentando a participação política de grupos historicamente excluídos, prejudicados e os preconceitos gerados por esses processos.

“[...] ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas” (FERES JR; CAMPOS; DAFLON; VENTURINI, 2018 p.13).

Esse tipo de política se alicerça em 3 argumentos fundamentais que não necessariamente se manifestam concomitantemente *reparação, justiça distributiva e diversidade*, no caso da experiência do Brasil com esse tipo de ação diferentemente de outros países que o arcabouço de justificativas foram cambiantes com o tempo como no Caso dos Estados Unidos da América, aqui eles se apresentam quase que simultaneamente. Começando pelo argumento de reparação:

“Esse é um argumento de grande apelo moral que justifica medidas compensatórias tanto para descendentes de africanos, que foram trazidos para cá à força e escravizados, quanto para indígenas e seus descendentes, que foram em grande parte dizimados ou mesmo escravizados por colonos portugueses e brasileiros ao longo da nossa história. Existe hoje um grau razoável de consenso sobre a existência de desigualdade e discriminação racial no nosso país, que essa realidade se perpetua desde os tempos de colônia e que algo deve ser feito para remediar esse problema. Não é por acaso que

indígenas e afrodescendentes são os únicos grupos nomeados explicitamente na Constituição Federal de 1988, o documento mais importante da refundação do Brasil democrático, que recomenda a proteção de suas manifestações culturais por parte do Estado.” (FERES; CAMPOS; DAFLON; VENTURINI, 2018 p.41).

O argumento da diversidade na aplicação de tais políticas no Brasil pode ser localizadas em duas conceitualizações do termo, uma essencialista e outra Programática:

“[...] a existência de uma correlação entre cultura e raça e tem grande predileção pelo termo “etnia”, que funciona como instrumento de racializar a cultura ou de culturalizar percepções raciais. A versão pragmática pode ser pensada por meio do conceito de modos de vida, ou seja, reconhecendo-se que em sociedades complexas há grupos de pessoas submetidos a modos de vida muito distintos (ribeirinhos, moradores urbanos, sem-terra, boias-frias, favelados etc.)” (FERES; CAMPOS; DAFLON; VENTURINI, 2018 p.44).

O argumento da justiça social no Brasil está ligado principalmente a fatores ligados a disparidades econômicas se diferenciando em certo ponto dos outros argumentos mas se complementando se entendermos que os grupos com maior prejuízo financeiro são grupos racializados:

“o argumento da justiça social tem a virtude de não demandar nenhuma essencialização identitária além dos critérios já praticados há décadas por institutos de pesquisa governamentais. Ademais, esse princípio pode ser estendido a outros grupos que sofrem ou possam vir a sofrer de discriminação. Por fim, o argumento da justiça social pode ser facilmente combinado ao da reparação, que, no caso dos descendentes de africanos e indígenas no Brasil, tem um apelo muito forte tanto no debate público quanto em argumentos legislativos e judiciários”. (FERES; CAMPOS; DAFLON; VENTURINI, p.48).

No Brasil a questão de ações afirmativas apresenta um grande avanço e maior relevância institucional nos anos 90 durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, criando em 1996 um grupo de trabalho interministerial coordenado pelo sociólogo Hélio Santos, que tinha como foco estudar medidas que pudessem diminuir as desigualdades raciais no Brasil. (AVERSENTE, 2017).

A legislação que referenda a nível federal a política de reserva de vagas é a Lei nº 12.711/2012 fruto de uma intensa luta do movimento negro que se estende desde os anos 1980, mesmo que com a legislação tardiamente se materializando a primeira universidade a promover tais intervenções foi a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) em 2003 seguida pela Universidade de Brasília (UnB) posteriormente seguida de outras universidades federais. (MARIA; GOMES; SANTOS; MACIEL; CAMARGO, 2014).

As políticas de reserva de vagas na UNESP surgem de discussões e debates da universidade junto com o movimento estudantil, apesar de ser a primeira estadual paulista a efetuar tal política de ação afirmativa, foi somente após a obrigatoriedade de adequação das universidades a Lei nº 12.711/2012 que passou a demonstrar uma real motivação e em alguns casos, resistência a implementação da reserva. Instituída pela Resolução UNESP nº 43, de 27 de agosto de 2013, que destinava 15% das vagas (1.134) oferecidas aos estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio ou a Educação de Jovens e Adultos em escolas públicas, e destas, 35% das vagas (391) foi destinadas aos candidatos autodeclarados Pretos, Pardos ou Indígenas. Nos vestibulares seguintes a resolução previa um aumento gradual na porcentagem de vagas reservadas 25% (2015), 35% (2016), 45% (2017), 50% (2018). (MARIA; GOMES; SANTOS; MACIEL; CAMARGO, 2014).

“O espaço da universidade pública e as políticas de ações afirmativas são essenciais para se diminuir as desigualdades historicamente construídas” (AVERSENTE, 2017 p.84), entretanto o fator preponderante para que essa política realmente tenha um alcance e possibilite que sejam introduzidos e mantidos os matriculados por esse sistema no espaço universitário são as políticas de permanência estudantil, não adianta oportunizar o ingresso na universidade se não é possível que esse público se mantenha.

Como questões objetivas pretendemos analisar a política de reserva de vagas na UNESP, para aferir sua efetividade, levando em consideração seu impacto no vestibular, a capacidade da instituição de articular suas políticas de permanência com o aumento da demanda e o sucesso dos alunos matriculados pelo sistema de reserva de vagas.

Na seção dois serão abordados questões sobre o mecanismo de filtro social que o vestibular historicamente promoveu afastando das fileiras das universidades, principalmente as públicas, negros, indígenas, pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, com necessidades educacionais especiais e alunos oriundos da escola pública, perpassando a segmentação entre a escola pública e privada até os efeitos da aplicação da política de reserva de vagas no vestibular UNESP que serão analisados pelos dados disponibilizados pela Fundação VUNESP.

Na seção três será discutido as relações da permanência para a efetivação da política de reserva de vagas e a importância de uma política de permanência articulada ao programa de reserva de vaga e analisaremos a estrutura da permanência na UNESP e posteriormente observaremos os dados fornecidos pelos relatórios da Coordenadoria de Permanência Estudantil para ter noção se as referidas políticas estão sendo suficientes para atender o novo contingente impulsionado pela reserva de vagas.

Na seção quatro se busca aferir se os alunos matriculados pela reserva de vagas estão conseguindo obter sucesso acadêmico, para tal usaremos dados referentes a média do coeficiente de rendimento, frequência, evasão e índice de desempenho.

A seção cinco aborda a questão de política de reserva de vagas na pós-graduação, os desafios para a aplicação nesse nível do ensino superior e sua potência transformadora na mudança da cultura universitária em geral.

A seção seis reúne as considerações finais proporcionadas pela união das informações e dados recolhidos durante a elaboração desse trabalho de conclusão de curso.

### **1.1 Metodologia.**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos procedimentos serão pesquisa bibliográfica, incluindo livros, teses, dissertações e artigos científicos e pesquisa documental, que abrange os relatórios de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 da Coordenadoria de Permanência Estudantil da UNESP (COPE), Resoluções da UNESP sobre o tema.

Como metodologia de tratamento dos dados recolhidos serão utilizados análise de conteúdo e analítico-dedutivo utilizando o raciocínio lógico e a dedução para obter conclusões.

## **2. Vestibular UNESP inferências sobre o mecanismo de exclusão e o impacto da implementação da política de reserva de vagas no vestibular.**

Neste capítulo trataremos de algumas relações que afetam a presença de alunos negros, pessoas em condição de vulnerabilidade econômica e de

oriundos da escola pública no vestibular da UNESP e na instituição, explorando as segmentações existentes no sistema de ensino básico público e privado e seu efeito no quesito raça no processo de disputa de vaga no ensino superior público.

Em um segundo momento por meio de abstrações teóricas e interpretação de dados vamos tentar entender como o sistema do vestibular se manifesta de forma excludente com os grupos de minoria em expressão política e algumas razões e consequências possíveis para esse fenômeno.

Por último iremos analisar e comparar a questão do acesso e a presença de estudantes dos perfis já citados após a concretização da política de reserva de vagas na UNESP, buscando entender as influências causadas quanto a presença desses alunos na instituição e no processo de seleção do vestibular.

### **2.1 Vestibular e relação com segmentação do ensino/educação básico (a) e raça/etnia.**

A primeira barreira enfrentada pelos alunos oriundos da escola pública e negros/as é o vestibular, ele funciona como uma catraca que seleciona um perfil específico de público para adentrar ao território universitário, que historicamente tem uma classe e uma cor, é parte de um *locus communis* a um grupo determinado, ele se estrutura dentro de um mecanismo de poder, que segrega os corpos que não são tidos como “normais” desse território.

O que faz desse mecanismo ser tão deletério é sua invisibilidade, uma microfísica do poder, que por processos sutis, constrói um maquinário completo, produz uma normalidade, uma verdade, que exclui, os “anormais” (FOUCAULT, 2001).

Uma das engrenagens desse mecanismo é a educação básica que desde sua organização e expansão em meados do século apresenta um caráter segmentado, evidenciando que no Brasil não teve em si uma democratização do ensino, mas sim uma “demografização” do ensino, tendo uma explosão no número de educandos atendidos pelo recém-estruturado sistema educacional, porém com o custo de diminuição da qualidade.

[...] entendia-se que era possível otimizar os investimentos educacionais, através de uma gestão mais racional dos recursos públicos, expandindo o atendimento educacional sem

necessariamente aumentar o volume de investimentos feitos pelo poder público de maneira proporcional. Essa lógica levou a uma diminuição progressiva dos investimentos públicos educacionais em termos per capita ao longo da segunda metade do XX. Com isso, o processo de mais forte inclusão e progressividade na educação básica no país foi acompanhado da precarização das condições da oferta escolar.” (SILVA ,2019 p. 73).

Apesar de atualmente no Brasil haver um currículo relativamente unificado<sup>1</sup>, os processos históricos paulatinamente deslocaram o dualismo do currículo para o setor da gestão pública e privada.

<sup>1</sup>“Esta segmentação acontece tanto em função das diferenças em relação à demanda social pela escola, quanto em função da diferença de recursos com que cada escola pode contar. Neste sentido, mesmo no contexto de uma estrutura curricular e formativa relativamente unificada e sem subdivisões, a segmentação pode se efetivar pelo tipo de escola a que determinados grupos socioeconômicos tem acesso.” (SILVA, 2019 p. 180.).

Mesmo com o fim dos exames admissionais para a progressão aos estudos ao secundário do Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942, o fim dos currículos segmentados, o propedêutico (estudantes selecionados seriam preparados para as universidades assumindo na sociedade, posições de comando) e o profissionalizante (voltado para aqueles com necessidade de assumir precocemente um posto de trabalho na sociedade) e a obrigatoriedade da educação básica a todos, esses processos foram capazes de gestar um abismo ainda maior ao que já existia

As escolas particulares e cursinhos pré-vestibulares se tornaram as promessas de agregar um capital humano mais valoroso com o ingresso nos vestibulares mais concorridos (universidades públicas), aos que tem condições de arcar com seus custos, e transformou a escola pública num signo de formação de mão de obra barata, é de estratégia econômica para as grandes empresas de educação que esse cenário se perpetue.

Outra parte fundante desse maquinário é o racismo que diferente do que se pensa não é uma anomalia social, não é conduta individual somente e sim uma racionalidade embutida nos padrões de “normalidade” do funcionamento

---

<sup>1</sup> Com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do ensino médio essa relativa unificação se torna cada vez mais distante, levando a educação básica principalmente o ensino médio, para uma logica não emancipatória e sim alinhada com o capitalismo especulativo, esvaziando os conteúdos e precarizando, atendendo a demanda de mão de obra flexível e barata para essa fase do capitalismo. Com a participação de diversos setores que não tem ligação com a educação e sim com interesses econômicos fica evidente que essas medidas não estão preocupadas com interesses educacionais e sim econômicos. (Branco; Branco; Iwasse Zanatta, 2018).

social, não constituindo somente as relações conscientes mais principalmente as inconscientes, engendrado nas estruturas econômicas, políticas e subjetivas, fazendo parte da dinâmica estrutural. (Almeida, 2016). “As causas do racismo são camufladas, não detectáveis aparentemente, enquanto seus efeitos são tangíveis” (SANTOS, 2013, p.26).

Um exemplo é a carga tributária brasileira que incide de forma mais pesada sobre as mulheres negras, esse fato se ocorre pela carga tributária no Brasil ser regressiva, fazendo com que quem tem menos poder aquisitivo pague mais impostos proporcionalmente, sem que haja uma lei que determine isso, simplesmente compõem o funcionamento “normal” da sociedade, causando um lastro que se conecta em cadeia com outros mecanismos de desigualdade e racismo, levando esse grupo cada vez mais a situação de miséria, situações de risco, instabilidades familiares. (Almeida, 2016).

Os pontos explorados nesse capítulo desenham alguns fatos que distanciam os oriundos das classes menos abastadas e o/as negro/as do vestibular e por consequência o ingresso à UNESP. A política de reserva de vagas na sua primeira instância tem como objetivo democratizar essa primeira barreira para os que têm narrativas que perpassam os pontos citados, essa ação coloca grupos iguais para competir entre pessoas de narrativas similares, para números de vagas previamente distribuídos.

## **2.2 O mecanismo de exclusão do vestibular UNESP**

A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) segundo o Ranking of World Universities (RWU) em 2020 está entre as 301 melhores universidades do mundo e entre as melhores do país. Atualmente UNESP conta com o contingente de 53.578 discentes distribuídos entre os cursos de graduação e pós-graduação (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2020). No vestibular realizado em 2019 foram inscritos 96.551 candidatos pleiteando 7.365 vagas nos 136 cursos de graduação oferecidos nos seus 24 campi, sendo um dos vestibulares mais concorridos do Brasil.

“A Universidade Estadual Paulista (Unesp), criada em 1976, possui o sistema de ingresso regulado através dos vestibulares desde sua gênese. Originada em 1979 pelo Conselho Universitário da Unesp, a Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp) é responsável pela elaboração das provas vestibulares



desde 1981 e de sua origem até hoje as provas passaram por diversas modificações em sua composição.” (AVERSA; FLORENTINO, 2019).

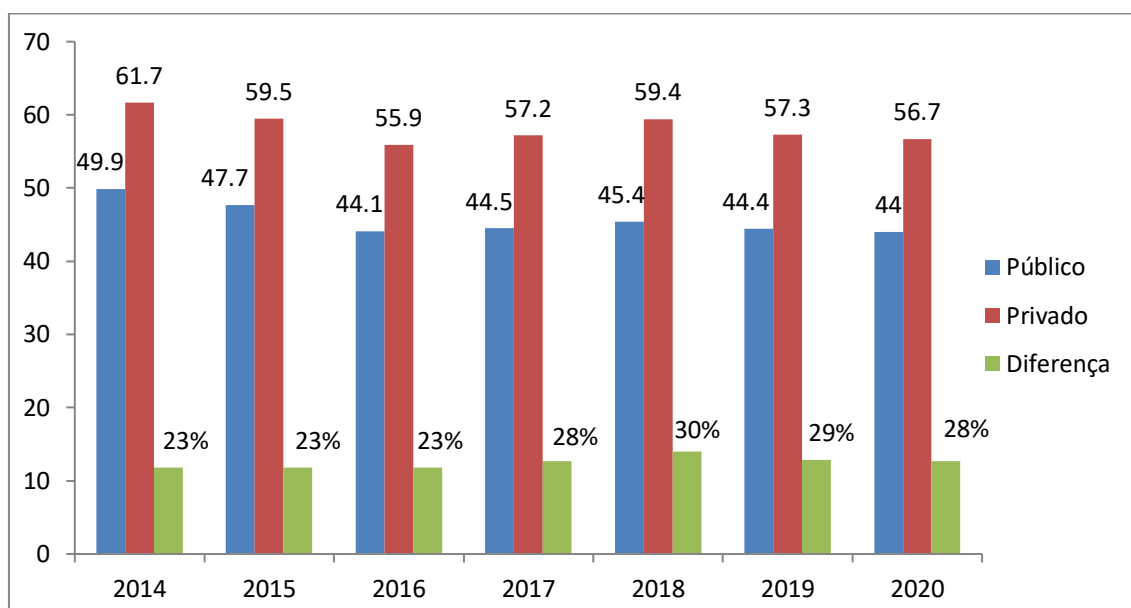
A última alteração sofrida nas provas de vestibular da UNESP foi em 2010, que passou a ser elaborada alinhando seus conteúdos com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Propostas Curriculares da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (PCESP), além de passar a ser aplicada em duas fases, uma de conhecimentos gerais e uma de conhecimentos específicos (AVERSA; FLORENTINO, 2019).

Segundo o que consta no Relatório Vestibular UNESP 2020 realizado pela Fundação UNESP o concurso Vestibular é realizado em duas fases sendo a primeira uma prova de 90 questões objetivas de conhecimentos gerais distribuídos nos campos/áreas: Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias e Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias A segunda fase consta com 12 questões dissertativas de ambos os campos mais uma redação.

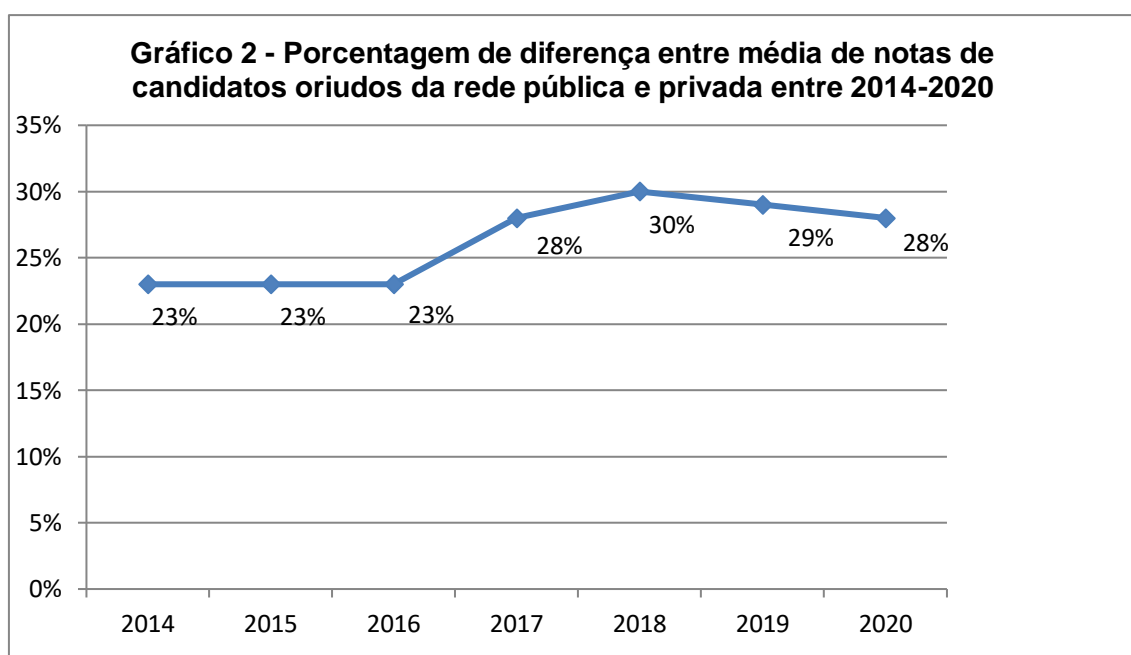
“A alteração nos exames vestibulares da Unesp, prevista no artigo 11 da Resolução Unesp n. 50, de julho de 2009, representa uma aproximação entre os pressupostos teórico-pedagógicos para a elaboração do processo seletivo organizado pela Unesp e as orientações teórico-pedagógicas que alicerçam os documentos de referência da educação básica pública oferecida pelo estado de São Paulo.” (AVERSA; FLORENTINO, 2019).

Apesar do caráter supostamente democrático dessa alteração do vestibular para pressupostos que estão na base da educação pública, é notório a desigualdade do sistema educacional público e o privado e as provas de vestibular evidenciam esse desnível de forma categórica, basta analisar a diferença entre as médias das notas nos vestibulares dos alunos da escola pública com os do setor privado.

**Gráfico 1 – Nota final média de alunos no vestibular UNESP separados por modalidade de ensino entre 2014 e 2020**



Fonte: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista.  
Organizado pelo autor.



Fonte: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista.  
Organizado pelo autor.

A média de diferença entre as notas dos alunos da escola privada em relação com os alunos da escola pública é de 26,4%, sem dúvida uma diferença determinante quanto ao acesso ao ensino público superior.

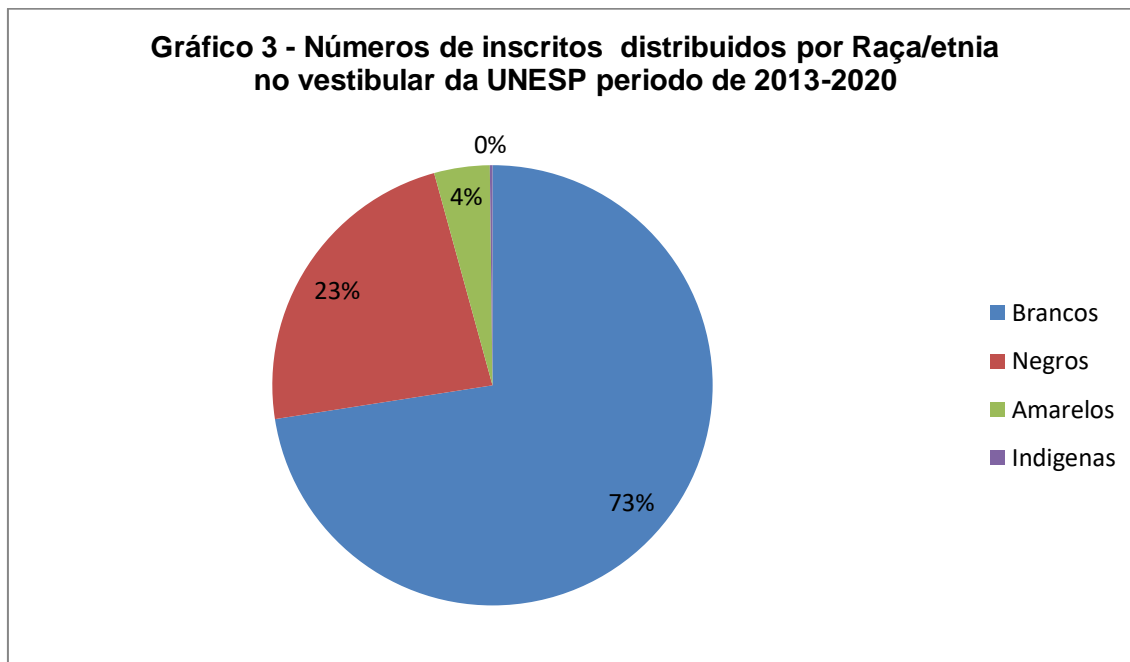
O vestibular sempre se configurou como um filtro social e racial, historicamente servindo como uma barreira para população em vulnerabilidade

econômica e minorias em expressão política, mantendo o espaço universitário restrito a um público elitizado.

Apesar da UNESP oferecer isenções e reduções de taxa para o vestibular que tem o valor aproximado de 170 reais segundo publicação no site da instituição em 2021, o próprio processo burocrático para se conseguir as mesmas já é uma seleção em si, o processo é feito todo via internet fazendo com que candidato tenha que ter acesso e conhecimento do uso de aparelhos digitais, apesar de “em 2019, a Internet foi utilizada em 82,7% dos domicílios brasileiros” (IBGE, 2019), cerca de 4,5 milhões de estudantes da escola pública com 10 anos ou mais, não tinham acesso à internet em 2019 contra apenas 174 mil do setor privado (IBGE, 2021).

Apesar de um incentivo para que pessoas de escola pública e baixa renda se inscrevam no vestibular, essa forma seleciona um subgrupo dentro do grupo socialmente vulnerável, os que têm maior acesso e por dedução uma condição um pouco mais favorável sejam por melhor instrução ou financeira.

Esse cenário interfere diretamente no público que irá realizar a prova do vestibular, como podemos analisar no gráfico.



Fonte: Anuários estatísticos da Universidade Estadual Paulista. Organizado pelo autor.

A abstração de espaço segregado da universidade pode ser conferida até mesmo no processo de inscrição do vestibular, que analisando a proporção de inscritos por raça no período de 2013 à 2020, é predominante brancos

sendo 73% dos inscritos, fazendo um paralelo com a distribuição racial no Brasil 56,2 % da população é de negros segundo dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e no vestibular somente 23% dos inscritos são negros demonstrando uma disparidade com a realidade brasileira. Só como base comparativa, o grupo amarelo que corresponde 1,1 da população segundo o IBGE, correspondem 4 % dos inscritos sendo quase 200% a mais do que sua predominância na sociedade brasileira.

Esse fenômeno pode ser analisado por diversos prismas, porém de certa maneira todos culminam em dois pilares o racismo em suas diversas formas (institucional, estrutural e individual) e desigualdade social, que é consequência da primeira. A falta de perspectiva desse grupo em frequentar o espaço universitário que se configura como um espaço estranho a este corpo, consequência do racismo estrutural promove “locais comuns” para grupos distintos e o estigma que recai sobre os corpos negros faz com que estas instituições e seus processos se tornem hostis aos mesmos.

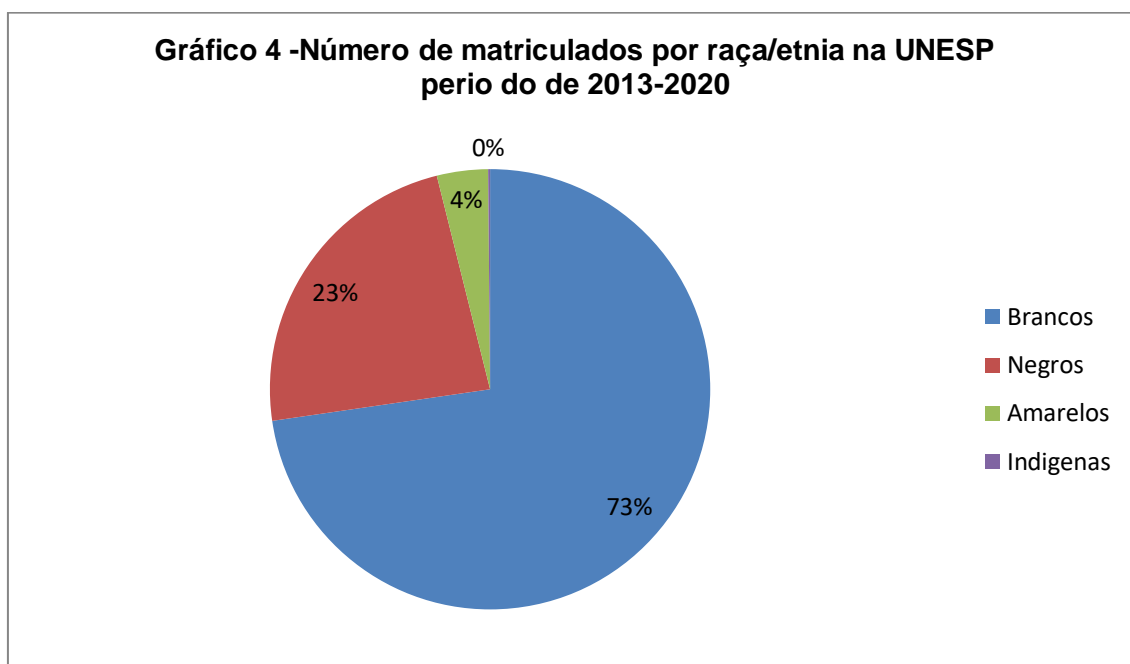
“Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social” (GOFFMAM, 1963, p.15).

A base da ideia do estigma está numa classificação dos sujeitos dentro do corpo social, basicamente colocar indivíduos dentro de espaços comuns conforme marcas (indicativos), supondo de forma ilusória condutas, traços de personalidade, periculosidade entre outros (GOFFMAM, 1963).

Os sujeitos estigmatizados se não conseguem enxergar o mecanismo de poder inerente dessa lógica acaba por acreditar nos pressupostos que são colocados sobre si e passam a não acreditar nas suas capacidades.

Outro ponto de relevância para essa inferência é o fato de as informações acerca do vestibular e da própria instituição UNESP ter dificuldade de chegar e ser difundida nos territórios mais periféricos, onde se encontra boa parte da população negra e alunos da rede pública de ensino, além da descentralização/multicampia das unidades da UNESP pelo estado, que dificulta o deslocar dessa população para realização das provas.

Entre outros fatos já citados, é evidente que os números de inscritos no vestibular têm uma relação diretamente proporcional com o número dos que conseguem de fato adentrar ao espaço unespiano por meio da matrícula.



Fonte: Anuários estatísticos da Universidade Estadual Paulista. Organizado pelo autor.

Como podemos analisar no gráfico, o quadro sintomático se repete quando os matriculados na instituição, 23% são negros e 73% são brancos marcando que desde o processo de seleção até o ingresso a questão de raça é preponderante para adentrar no espaço universitário.

Alguns estudiosos defendem que a questão relacionada às desigualdades sociais, são marcadas exclusivamente por questões econômicas, se posicionando reativos a inferências que levem em consideração o quesito raça, principalmente em questões relacionadas ao campo educacional do ensino superior, porém os marcadores sociais invariavelmente apontam para questões que vão além de desigualdades econômicas, sendo esses mesmos dados que legitimam e legitimaram a implementação das políticas de ações afirmativas, cabe a nós agora monitorá-las e aperfeiçoá-las para que as mesmas cumpram seu papel.

### **2.3 O acesso após a implantação da política de reserva de vagas na UNESP.**

A UNESP, desde 2010, vem ampliando seus programas de ações afirmativas (cursinhos pré-vestibulares, isenções de taxas no vestibular, bolsas, auxílios permanência, restaurantes universitários, moradias estudantis, entre outros). Mas foi a partir de 2014 que implantou o Sistema de Reserva de Vagas para a Educação Básica Pública (SRVEBP). Assim, para atender às metas inclusivas de alunos oriundos de escolas públicas (EP) e de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI) em seus cursos de graduação. (GALHARDO; VASCONCELOS; FREI; RODRIGUES, 2020. Pág 704).

O programa de reserva de vagas na Unesp funciona da seguinte forma: 50% das vagas dos cursos de graduação devem ser destinados a estudantes oriundos da escola pública, estando incluso dentro desses 50%, 35% de vaga para o grupo de pretos, pardos e indígenas (PPI). Esse programa foi aplicado de forma gradual, tendo início em 2014 com 15% das vagas reservadas, 25% em 2015, 35% em 2016, 45% em 2017 e 50% em 2018, completando assim a totalidade prevista. (GALHARDO; VASCONCELOS; FREI; RODRIGUES, 2020).

O modelo adotado pela UNESP segue os moldes da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 tendo sido aplicada dois anos mais tarde que a lei, anterior a esse modelo a UNESP junto às demais Estaduais Paulistas através do conselho dos reitores das universidades estaduais paulistas (CRUESP) tentaram implantar o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP) que tinha como objetivo também ocupar 50% das vagas nas universidades com alunos de escola pública e PPI, só que este previa que os ingressos pelo programa assistissem um curso a distância de dois anos para que depois desse período se tivessem 40% de aproveitamento desse curso poderiam adentrar na universidade. E esse curso de dois anos garantiria um diploma técnico, ou seja, essa medida previa que os estudantes de minorias políticas tivessem que passar duas vezes nas universidades, uma medida altamente excludente e que previa a manutenção do espaço universitário para a cor e a classe que já eram de maior expressão nesse espaço, considerando que por meio de mobilização diversos setores esse programa acabou vetado, dando abertura para o modelo que já foi apresentado.

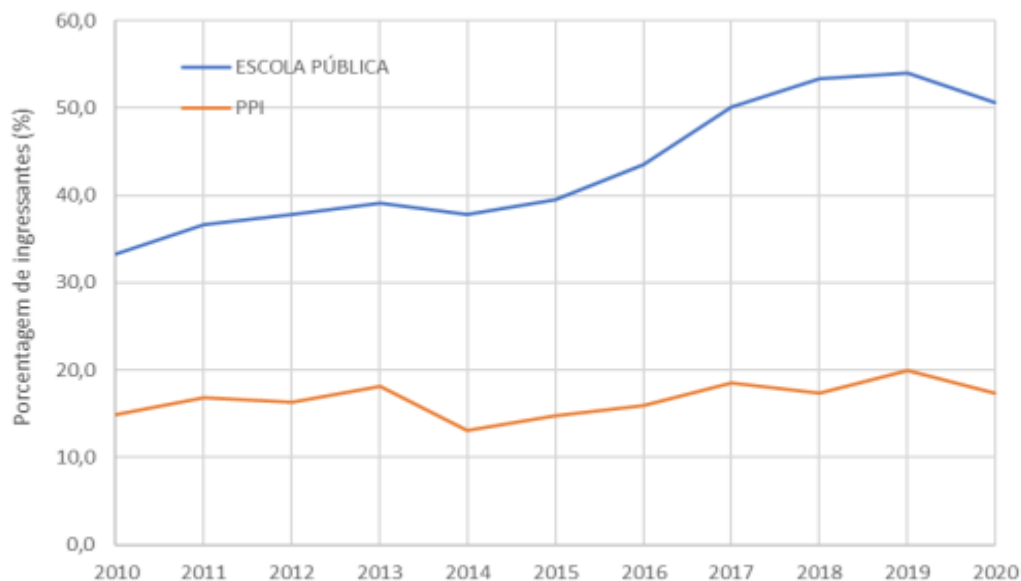
**Tabela 1 – Distribuição do número de estudantes por sistema de ingresso nos vestibulares da UNESP, no período de 2014 a 2020.**

<b>Sistema de ingresso</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>total</b>
<b>Vagas</b>	7.679	7.691	7.715	7.725	7.725	7.725	7.725	53.985
<b>Sistema Universal</b>	6.482	5.740	4.986	4.222	3.847	3.847	3.847	32.971
<b>SRVEBP</b>	785	1.356	1.774	2.297	2.515	2.515	2.515	13.757
<b>PPI</b>	412	595	955	1.206	1.363	1.363	1.363	7.257
<b>SRVEBP + PPI</b>	1.197	1.951	2.729	3.503	3.878	3.878	3.878	21.014
	(15%)	(25%)	(35%)	(45%)	(50%)	(50%)	(50%)	

Fonte: Prograd/Vunesp/Cope.

No período de 2014 a 2020 foram oferecidas 53.985 vagas na Unesp, tendo sido atribuídas 21.014 para Sistema de Reserva de Vagas para Educação Básica Pública (SRVEBP), o equivalente a 38,92% das vagas, dentre essas 34,53% foram para PPI, de 2018 a 2020 os números de alunos matriculados pelo SRVEBP foi maior que os do sistema universal (SUV), mostrando um resultando expressivo em comparativo com o histórico dos vestibulares UNESP, refletindo em um período de crescimento dos ingressos PPI e SRVEBP.

**Gráfico 5 – Porcentagem de Estudantes Ingressantes da Escola Pública e PPI na Unesp\*.**



Fonte: Cope/Prograd/Vunesp. Dados de 2020 atualizados em 05/01/2021 pela Vunesp.

O crescimento do número de alunos de escola pública tem seu início de 2014 a 2015 e o ápice em 2019, de 2019 para 2020 temos uma pequena queda de ingressantes deste perfil que atribuímos à pandemia que além de parar as aulas presenciais nas redes de ensino básico dificultando ainda mais os estudos dos alunos de baixa renda e com pouco acesso a meios compensatórios para atenuar a lacuna educacional vista na pandemia, além disso, o processo seletivo foi realizado de forma online e como já foi citado ocorre um fenômeno que diferencia o acesso aos meios digitais de alunos oriundos da escola pública e da escola privada, mostrando que apesar do aparente aumento no número, alguns pequenos abalos podem afetar a reserva de vagas.

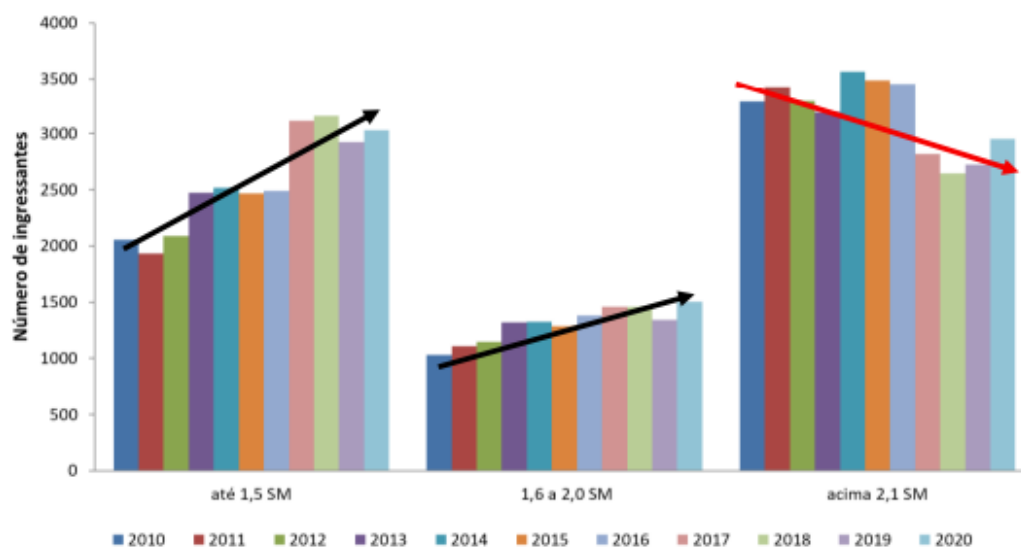
Quanto aos PPIs o gráfico apresenta um crescimento mais tímido e flutuações maiores do que SRVEBP, demonstrando serem necessárias mais políticas focais para esse grupo específico tanto internamente como externamente.

Uma implicação direta do Programa de Inclusão é a alteração progressiva do perfil socioeconômico dos estudantes que ingressam na Unesp. Embora o SRVEBP tenha sido implantado a partir de 2014, desde 2010 (ano em que a Unesp começou a ampliar seus programas de ações afirmativas) até 2020, vem aumentando o número de estudantes ingressantes provenientes de famílias com renda per capita de 1,5 salário mínimo (de 2.053 em 2010 para 3.032 estudantes em 2020). O mesmo ocorre com alunos oriundos de



famílias com renda de 1,6 a 2,0 salários mínimos (de 1.029 para 1.501). No entanto, observa-se uma tendência inversa na quantidade de alunos ingressantes com renda per capita familiar acima de 2,0 salários mínimos (diminuiu de 3.285 para 2.952). (COP UNESP, 2020)

**Gráfico 6 – Número de ingressantes na UNESP por renda per capita familiar.**

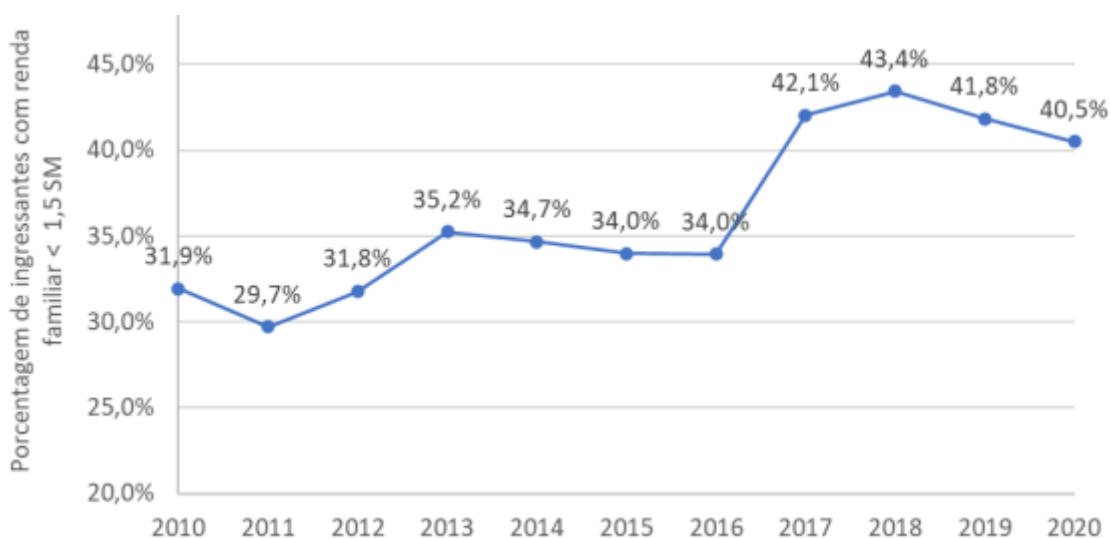


Fonte: Vunesp.

Os alunos ingressantes com renda até 1,5 SM apresentaram um aumento vertiginoso em 2017 e 2018 tendo uma leve queda em 2019 e uma estabilização em 2020. Os ingressos com 2,1 SM tiveram um decréscimo de 2017 á 2019, tendo um leve aumento em 2020, é interessante notar que os dados dos 1,5 SM e os de 2,1 SM se comportam de forma quase inversamente proporcional.

O aumento do número de alunos da faixa econômica de 1,5 SM se estabilizou em 40,5% em 2020 depois de uma queda em 2018 que foi o maior patamar do período analisado, chegando em 43,4%.

**Gráfico 7 –Estudantes ingressantes na UNESP com renda familiar per capita igual ou inferior a 1,5 SM.**



Fonte: Fundação Vunesp, 2021

Gradualmente o perfil socioeconômico dos ingressos na UNESP vem mudando, demonstrando que a política de reserva de vagas em si, vem deixando o acesso mais possível a essas minorias em expressão política, entretanto somente o acesso não é imperativo para que essa política tenha sucesso, pois basicamente ela só coloca pessoas com narrativas de vida parecidas para competir entre si, mas não garante ao final dessa competição que as desigualdades sociais sejam superadas no quesito de manutenção da permanência dentro do espaço universitário, é condição *sine qua non* para sua efetividade mecanismo de permanência articulados com a recém-constituída política de reserva de vagas.

#### **2.4 Relação permanência e o sucesso da política de reserva de vagas.**

Mesmo com o notável avanço do número de alunos negros e das camadas mais populares inseridos e transpondo a barreira do vestibular, sabe-se que esse é apenas o primeiro desafio para estes alunos e para o real sucesso da política de reserva de vagas, é necessário medidas articuladas que assegurem que esses estudantes consigam manter-se no espaço universitário, sem esses, os esforços para democratizar a universidade pública acabarão se manifestando como um engodo, ou uma seleção de uma sub elite dentro desses grupos de minoria em expressão política.

Antes de prosseguir com as análises cabe fazer uma breve contextualização dos termos *permanência estudantil* e *Assistência estudantil*, e os motivos pelos quais optaremos por um em detrimento do outro. Segundo Honorato, Vargas e Hering (2014) o termo *permanência estudantil* engloba ações e mecanismo que garantam a permanência de todo e qualquer estudante indiferentemente das suas questões de ingresso e materiais, enquanto as políticas de *assistência estudantil* estão focalizadas aqueles que situações de vulnerabilidade, que possam comprometer sua permanência na universidade, podendo está ser de ordem financeira. “Entretanto, na prática e nos diferentes arranjos institucionais para a implementação dessas políticas, as ações de permanência e assistência estudantil estão integradas, superpostas ou mesmo confundidas.” (HONORATO; VARGAS; HERING, 2014, p.3).

Apesar de supostamente as duas terminologias na prática se confundirem e apresentarem funcionamento e aplicação concomitantes, a semântica da palavra assistência carrega em sim uma conotação um tanto pejorativa, tem um sentido muitas vezes de assistencialismo e não de direito assegurado. sua interpretação pode dar a entender que se trata de um mero favor (MACHADO, 2018, p.18).

No dicionário Soares Amora a palavra “assistência” pode ser definida como “auxílio” ou “ajuda” (ALVES; AMORA,2009,p.63). Pesando nessa definição e na separação dada pelos autores podemos interpretar que fazer essa distinção entre permanência estudantil e assistência estudantil carrega em sim um caráter de classe, uma discriminação não positiva, carregando mesmo que não intencionalmente, que os programas de permanência dirigidos para pessoas em vulnerabilidade econômica são uma ajuda e não parte integrante da responsabilidade da gestão universitária (MACHADO, 2018).

Isso fica mais evidente quando confrontamos no dicionário o sentido de permanência que é colocado como “ação de permanecer” e “preservação” (ALVES; AMORA,2009,p.537). Sendo assim adotaremos o termo permanência estudantil para definir toda e qualquer política e ação universitária que tenha como finalidade contribuir para que seus estudantes consigam concluir de forma qualitativa seus respectivos cursos de graduação sem que evadam.

As políticas de permanência estudantil não acompanharam o aumento de inserção dos alunos de vulnerabilidade social nas universidades,

configurando um descompasso entre a política de acesso e a de permanência, colocando em risco o direito que deveria ser assegurado aos estudantes de conseguirem cursar os seus respectivos cursos até sua conclusão (ARAÚJO; ALMEIDA; LOURO; DEL-MASS, 2011, p. 18).

Segundo pesquisa realizada por Velosso (2008) e Cardoso (2008) as três principais causas da evasão dos alunos vindos do sistema de reserva de vagas na Universidade de Brasília (UnB) é o fato de serem estudantes trabalhadores (tem que trabalhar para se manter na universidade), não projeção da perspectiva laboral no curso escolhido e baixo rendimento. Dentro dessa tríplice de fatos o de serem estudantes trabalhadores lidera as motivações para a evasão (VELOSSO; CARDOSO 2008, p.16). É possível fazer um link entre o fato de não conseguirem se dedicar exclusivamente aos estudos com baixo rendimento e por fim a evasão.

As questões de permanência dos estudantes da reserva de vagas estão intimamente ligadas a fatores sociais, fazendo que os estudantes junto a suas famílias tenham que literalmente criar estratégias de sobrevivência ao ambiente universitário, buscando os programas de permanência estudantil da universidade, bolsas atreladas a mérito ou práticas laborais. “Aqueles envolvidos em atividades que lhe consomem grande parte do tempo e que não mantêm qualquer ligação com a área de estudos, enfrentam enormes dificuldades em conciliar os estudos com o trabalho.” (SOARES, 2014, p. 128).

Na UNESP, desde os anos 90, as políticas de permanência vigoram, muito antes da concretização da política de reserva de vagas, já eram aparato determinante para não evasão dos alunos vindos das camadas mais vulneráveis da sociedade, isso fica explicitado quando 69,7% dos alunos atendidos pela permanência afirmam em pesquisa realizada em 2011 que a bolsa BAAE (antiga bolsa destinada a alunos de carência econômica) era imprescindível para a conclusão da graduação, contra apenas 1,9% que dizem que está é apenas uma ajuda entre outras, e 28,4 % que manifestaram que era de grande ajuda para a conclusão da graduação. (ARAÚJO; ALMEIDA; LOURO; DEL-MASS, 2011).

Caso não contemplados pela bolsa 25,8% dos estudantes indicaram que teriam que desistir do curso e 53,4% afirmaram ter que arrumar algum trabalho para que pudesse se manter na UNESP, 25,3% que a família teria que fazer

um esforço extra para garantir a possibilidade de se manter, 0,4% que tinham doações suficientes para se manter e 14,2% não souberam responder (ARAÚJO; ALMEIDA; LOURO; DEL-MASS, 2011 p. 23).

Ficando explícito que boa parte dos alunos entrevistados afirma que desistiriam do curso caso não fossem contemplados e a maioria relata que teria que se envolver em alguma prática laboral, que por sua vez é apontado como a principal causa de evasão dos alunos desse perfil.

Corroborando com os dados acima apresentados, pesquisa realizada em 2018 no campus da UNESP da Bauru com 140 alunos, majoritariamente oriundos de escola pública que recebiam auxílio financeiro distribuídos em socioeconômico (56,4%), aluguel (37,9%), moradia estudantil (5,7%) e (15%) recebe ainda bolsa de iniciação científica (CAPES, FAPESP, CNPq, PROEX), 95% dos entrevistados afirmam que o maior desafio da universidade é se manter financeiramente. (GARCIA; CAPELLINI; REIS, 2020 p. 172).

É inequívoco afirmar a relação direta da permanência material com a possibilidade de conclusão do curso para esse grupo, entretanto muitas vezes questões subjetivas da permanência são ignoradas, como questões psicológicas. É evidente que é uma demanda tanto para alunos em vulnerabilidade econômica como os que não são, entretanto fatores específicos dos alunos de permanência podem criar demandas singulares para o grupo, como a insegurança de não serem contemplados até o final do curso com as políticas de permanência, problemas financeiros familiares, questões de deslocamento social e raciais.

O acolhimento psicológico se configura como permanência, demandas espontâneas, inseguranças e ansiedades relacionadas aos fatores já citados são essenciais para diminuir os sofrimentos e dar maior aporte para que esses alunos possam concluir seus cursos, um adendo muito importante é ter profissionais qualificados para atender o crescente aumento de alunos negros, que por fatores históricos e pressões do racismo estrutural apresentam demandas que muitas vezes fogem das dos alunos brancos ou se inter-relacionam com questões de cunho racial.

Nas grades/estruturas curriculares das faculdades de psicologia brasileiras raramente encontramos discussões relativas a questões raciais e racismo, mesmo tendo se convencionado que o sujeito psíquico está

intrinsecamente relacionadas questões sócio-políticas, mesmo assim difícil encontrar estudos que articulem esses fatores com o racismo e com as construções subjetivas do negro na área. (SCHUCMAN; NUNES; COSTA, 2017).

A psicologia se alicerça no campo colonial, voltada à demanda da subjetividade branca colocada num patamar de universal generalizando os processos de formação identitárias, desconsidera as relações de subjetivação dos colonizados, os apagamentos e desvalorização de seus corpos e culturas em um empreendimento que durou cerca de 300 anos e teve seu fim a pouco mais de 130 anos, postos em uma sociedade que se manifesta de forma hostil com seus iguais, que infundem em seus corpos o auto-ódio, a autculpabilização de condições que lhe foram impostas e o sentimento de não pertencimento, natural de quem tem suas raízes apagadas. Num campo de saber que ignora todas essas questões sobre um grupo não poderá ter um olhar sensível às demandas desses sujeitos, a branquitude deixa cego e incompreensível aos sujeitos essa sensibilidade a menos que seja dirigida a seus iguais. (VEIGA, 2019).

Com o fim dos horrores da escravidão os/as negros/as experimentaram o embranquecimento, sustentada por um sistema político-midiático que tem como padrão branco o detentor do conhecimento e da beleza em detrimento do negro, que como forma de buscar certo valor tenta se assemelhar ao branco. Essa busca se inscreve como um debilitante para esses indivíduos que tentam apagar a única coisa inalterável a cor da pele, que os coloca em uma condição subalterna. (VEIGA, 2019).

Tendo esses fatores em vista é necessário para esse grupo um acolhimento psicológico voltado para *psicologia preta*, desenvolvida nos anos 60 em plena luta pelos direitos civis nos Estados Unidos essa vertente tem como premissa uma reconexão com o “eu africano” e sua pulsão coletiva fazendo frente a violência colonial que marca os corpos e mentes negras na nossa sociedade. (VEIGA, 2019).

É possível inferir que a psicologia tradicional não está interessada e nem preparada para as questões do povo de etnia negra, sabendo disso a implementação de acolhimento psicológico nas unidades deve promovendo reciclagem/formação continuada dos profissionais com formações que

possibilitem um rompimento com velhas práticas que invés de ajudar, possam agravar questões nos sujeitos negros que adentram a universidade e concomitantemente promover ações com os estudantes de fortalecimento identitário, e adequação da universidade as novas culturas que passam a frequentar suas fileiras de alunos em maior profusão.

A distribuição geográfica das unidades da UNESP é um ponto de interesse para a discussão da permanência devido à disposição fragmentada das unidades, grande parte dos graduandos tem que se mudar e em muitos casos apenas o auxílio monetário não é suficiente para que o mesmo consiga se estabelecer na nova cidade. Na UNESP atualmente treze dos seus 24 campi possui moradia estudantil por meio de casas próprias da unidade ou alugadas (UNESP, 2021<sup>a</sup>), esse fato limita as escolhas de cursos dos alunos da reserva de vagas que não tenham como se estabelecer apenas com um auxílio socioeconômico ou auxílio aluguel.

Fazendo com que desde o vestibular as condições materiais dos alunos reflitam no curso de escolha, muitas vezes tolhido o direito de escolher o curso de real interesse para um que esteja localizado em um dos campi que possuem moradia estudantil, demonstrando que o poder e a diferença que faz as políticas de permanência nos sujeitos empobrecidos que almejam ingressar na UNESP.

Os restaurantes universitários (R.U) que também fazem parte da realidade da permanência estudantil e tem como objetivo oferecer alimentação balanceada e de baixo custo ou a preço de custo para os estudantes de graduação, pós-graduação, servidores e visitantes relacionados à UNESP, sendo uma opção frequente dos alunos de permanência devido seu baixo custo.

Segundo pesquisa realizada em 2015 por Santos, Martos, Trento e JANZANTTI, 86,1% dos verdadeiros interessados pela utilização do R.U são alunos de graduação e 13,9 eram da pós-graduação, e a renda da maioria dos interessados na utilização do R.U é de até 800,00 reais mensais (equivalente a um pouco mais que um salário mínimo em 2015), considerando bolsas, auxílio, ajuda familiar remuneração de trabalho eventual entre outras. Outro apontamento feito pela pesquisa foi que o número de refeições diárias oferecidas pelas unidades é incompatível com a real demanda da UNESP.

Os dados apresentados ratificam as argumentações da inerente necessidade do atrelamento das políticas de permanência com a política de reserva de vagas como forma de se conseguir efetuar uma democratização do ensino superior de forma qualitativa, para entendermos melhor o quanto a UNESP se enquadra ou se distancia desse atrelamento será necessário investigarmos como as políticas de permanência da instituição se organizam atualmente e tentar entender o seu impacto em absorver e evitar a evasão dos alunos que ingressaram por meio da política de reserva de vagas.

### **3. Configurações das políticas de permanência na UNESP.**

Em 15 de agosto de 2013 por deliberação do Conselho Universitário foi criada a Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE) que juntamente com a coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE), tem a função planejar, acompanhar políticas, programas, metas e ações que tenham por objetivo promover a igualdade de oportunidades aos estudantes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para a redução de índices de retenção e evasão, buscando consonância com Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2021).

A CPPE se compõe como uma comissão paritária, sendo composta por 5 docentes e seus suplentes, 5 servidores técnicos-administrativos dentre estes 3 assistentes sociais e 5 discentes. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2021 a).

A COPE no ato da sua criação ficou vinculado a Pró-Reitoria de Extensão Universitária – PROEX e CEPPE, sua composição é formada por um coordenador indicado pelo reitor e um assessor e dois assistentes (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2015). Tem como principais ações:

- I - coordenar o Processo de Seleção de estudantes para atribuição de auxílios relacionados à Permanência Estudantil, conforme as normas estabelecidas pela UNESP;
- II – avaliar e aprimorar as orientações do Processo de Seleção dos estudantes para a concessão dos auxílios da Permanência Estudantil;
- III – realizar previsões orçamentárias e a aplicação dos recursos previstos para a execução da política de Permanência Estudantil;
- IV – realizar, acompanhar e auxiliar estudos para as Unidades



Universitárias, nas ações de infraestrutura física, organizacional e de pessoal, de modo a atender à demanda dos assuntos relacionados à Permanência Estudantil;  
 V – propor e elaborar em conjunto com a Comissão Permanente de Permanência Estudantil (CPPE) alterações e inclusões, se necessário, das normas, regras e orientações da política e auxílios da Permanência Estudantil.  
 VI – executar e consolidar a política de Permanência Estudantil na UNESP. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2015).

A COPE apresenta anualmente relatórios que apresentam dados detalhados da execução da permanência estudantil na UNESP de forma acessível e com divulgação transparente.

Criada por meio da Resolução nº 78, de 07 de outubro de 2016, a comissão local de permanência estudantil (CLPE), que tem por função:

I- desenvolver ações em consonância com as políticas e normas estabelecidas pela COPE e CPPE;  
 II – propor políticas de permanência estudantil e encaminhá-las para apreciação da comissão permanente de permanência estudantil (CPPE) e da coordenadoria de permanência estudantil (COPE) ;  
 III – propor e acompanhar nas unidades ou campus experimentais programas, metas e ações que tenham por objetivo promover a oportunidade de oportunidades, principalmente aos estudantes que estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica ,visando contribuir para a promoção de melhores condições de permanência estudantil;  
 (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2018).

A comissão local de permanência estudantil (CLPE) está presente em cada campus da UNESP, e funciona como um braço da COPE e da CPPE, além de estar vinculada a vice-diretoria das unidades ou vice-coordenação executiva nos campi experimentais, é atribuição dessa acompanhar a aplicação dos recursos da permanência nas suas respectivas unidades e a responsabilidade pelo processo de seleção dos auxílios permanência estudantil na unidade (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2018).

O perfil para que os alunos se enquadrem nas políticas de permanência estudantil é que tenha renda per capita de até 1,5 salários mínimos e sejam oriundos da escola pública. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2018).

Atualmente a UNESP conta com os seguintes auxílios destinados a estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica: Auxílio socioeconômico (R\$: 350,00 reais); Auxílio aluguel (R\$ 250,00 reais); Subsídio alimentação (R\$ 120,00 reais); Auxílio especial (R\$ 350,00 reais); Auxílio transporte (conforme unidade); Auxílio provisório (conforme Unidade); Moradia; Restaurantes Universitários. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2019 ).

O Auxílio socioeconômico é um auxílio financeiro destinado a estudantes de graduação para que estes consigam se manter no local de realização do curso em que está matriculado. Com o valor mensal de R\$ 350,00 reais tem a duração de 12 meses para os veteranos e de 11 para os ingressantes (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2019).

O auxílio aluguel é atribuído a alunos de graduação em campos onde não há moradia estudantil ou as vagas nessa é insuficiente para a demanda existente. Tem o valor mensal de R\$ 250,00 reais, com vigência de 12 meses (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2019).

O subsídio alimentação é designado a alunos de graduação que tenha sido contemplado com auxílio socioeconômico, auxílio aluguel, auxílio especial ou moradia estudantil. Tem valor de mensal de R\$ 120,00 reais, com tempo de até 12 meses. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2019).

O auxílio especial é concedido para estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida e tem o valor mensal de R\$ 350,00 reais. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2019).

O auxílio transporte tem como alvo estudantes de graduação contemplados com a moradia estudantil que esteja em local de difícil acesso ou distante da unidade da UNESP ou em casos específicos de estudantes contemplados com auxílio aluguel desde que seja devidamente justificado pela comissão local de permanência estudantil (CLPE). (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2019).

O auxílio provisório é reservado a estudantes ingressantes que estejam em extrema situação de vulnerabilidade, no período compreendido entre o período da matrícula e o resultado do processo de concessão dos auxílios de permanência estudantil e tem o valor equivalente ao auxílio socioeconômico, para essa concessão deve ser justificado pela comissão local de permanência estudantil (CLPE).

O auxílio moradia estudantil, são conjuntos de residências destinadas a permanência dos estudantes. Há mais de 1240 vagas, possui regimento e regulamento próprio e estão presentes em 13 dos 24 campi da UNESP (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2019). Como já citado ocorre um déficit de 11 unidades sem a cobertura desse auxílio.

Os restaurantes universitários (RU) oferecem mais de 5.000 refeições

por dia em 10 unidades diferentes. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2019). Os restaurantes universitários da UNESP, como já citados anteriormente não apresentam uma padronização no seu funcionamento nem em relação a seus valores, considerando esses fatos discutiremos de forma um pouco mais detalhada a estrutura desses nos campi que o possuem:

O RU de Araraquara se encontra desativado desde 2014, devido atrasos nas suas obras, apesar de já concluído a reforma do espaço físico falta à aquisição dos recursos materiais necessários para a execução das atividades, segundo COPE o valor necessário para que RU possa voltar a operar esta em torno de R\$1,5 milhão de reais, as refeições custavam 2,75 e eram oferecidos 800 almoços e 400 jantãs (CÂMERA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, 2018).

“O RU do Câmpus de Assis serve, em torno de, 500 refeições por dia. Para os alunos contemplados com Auxílios Socioeconômicos o valor é de R\$3,50 (três reais e cinquenta centavos) por refeição.” (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2021 b), o valor para alunos que não são da permanência estudantil é de R\$ 4,00 reais, no campus só é oferecido almoço. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2019 b).

No campus de Bauru as refeições custam R\$ 4,00 reais para alunos de graduação e R\$ 6,00 reais para pós-graduação, os alunos de permanência não tem desconto algum, são oferecidos 270, no período do almoço. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2019).

Em Franca o custo do RU da UNESP é de R\$ 4,00 reais para alunos, sendo disponibilizados 330 almoços e 270 jantares. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2016).

Campus Ilha Solteira oferece almoço e jantar, sendo 190 almoços e 160 jantãs custando R\$ 3,00 reais para os alunos de graduação, diferente dos outros campi apresentados Ilha Solteira só atende os alunos de permanência estudantil. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2016).

A administração do RU da UNESP Jaboticabal discrimina os preços para compras antecipadas e no dia dos tickets, sendo que para alunos de graduação com compra antecipada o valor é de R\$ 4,00 reais e para compra no dia R\$ 5,50 reais, são servidos 110 cafés da manhã e 500 almoços. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2019 c).

A refeição no campus de Marília custa R\$ 2,50 reais para alunos da

graduação e para alunos dos projetos de extensão universitária, (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2018b). São oferecidos 300 almoços diários (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2016).

Campus Presidente Prudente cobra para alunos de graduação o valor de R\$ 3,50 reais e disponibiliza 128 refeições por dia a custo de R\$ 2,50 reais para alunos de permanência estudantil, a capacidade de refeições diárias do campus é de 350 e são oferecidos apenas almoços. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2019 d).

A UNESP Rio Claro oferece 300 refeições custando R\$ 5,00 reais para alunos de graduação (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2020).

Campus São José do Rio Preto tem capacidade de oferecer 400 refeições por dia, para se utilizar do RU o usuário terá que se cadastrar, solicitar o cartão do RU e pagar R\$ 3,50 para ter seu acesso liberado. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2018). O custo das refeições para alunos de graduação é de R\$ 4,00 reais (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2016).

O RU de Botucatu desativado desde 2009. (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2016).

Segundo consta em relatório realizado pela COPE em 2016 “Proposta de Política para os Restaurantes Universitários” na UNESP existe alguns processos que visam estudos e propostas para apresentação de uma normativa que diminuiriam a disparidade de diferença de funcionamento dos RUs nas unidades, entre eles temos o processo 2692 de 26/11/2009 que criou a comissão para estabelecer a política dos RUs diurno e noturno que teve como catalizador a solicitação de ampliação do funcionamento do RU da unidade de Marília para o período noturno, e o Processo 364/50/1/2013 que tinha como intenção corrigir divergências em relação ao funcionamento dos RUs na Unesp tais como: subsidiar refeições para docentes e servidores tendo em vista o auxílio alimentação recebido; subsídios a comunidade externa; Subsídios e padronizar funcionamento para alunos que possuem renda suficiente para estadia nas cidades. Arquivados podemos citar processo 3985 aberto em 19 de novembro de 1986 com o título “Levantamento sobre a viabilidade de instalação de Restaurante Universitário nas Unidades” que teve

como desdobramento a “Regulamentação do Projeto Restaurante Universitário” (Proc. 645 de 04/04/1997), apesar de apresentar padrões básicos nas normas de infraestrutura física, material e de recursos para seu funcionamento é possível ver que a uma disparidade no funcionamento dos RUs nas unidades.

Pensando no acolhimento psicológico a UNESP não possui informações de forma centralizada que nos leve a entender como essa ação se manifesta na materialidade, temos informações fragmentadas do funcionamento em cada campus que oferece esse serviço. Recentemente a UNESP criou um programa de teleacolhimento pensando nos efeitos do distanciamento social causados pela atual pandemia da COVID-19, funcionando em horários programados, terá como proposta formar grupos de até 20 pessoas entre eles alunos, servidores técnicos administrativos e docentes, sendo mediados por psicólogos, entretanto o programa não tem finalidade de ser psicoterapêutico (UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, 2020).

Quanto ao auxílio creche a UNESP possui o centro de convivência Infantil (CCI), que oferece vagas para os filhos de docentes, servidores técnicos administrativos e discentes, que estejam no ensino infantil, tendo suas vagas distribuídas em 85% para o corpo funcional da universidade e 15% das vagas para discentes.

Recentemente a UNESP anunciou para 2022 um auxílio destinado as estudantes que forem mães durante o período da graduação ou pós-graduação, sendo previsto que será concedido no período de 6 meses e tendo o valor de R\$ 400,00 reais para estudantes de graduação e R\$ 1.500,00 reais para estudantes de pós-graduação. Para essa primeira experiência a UNESP reservara R\$ 300 mil reais para o pagamento desse auxílio durante o período de 6 meses, segundo o jornal Nexo 2021.

Dentre da estrutura da permanência da UNESP foi possível notar que os direcionamentos e marcos de atuação se inscrevem exclusivamente no campo socioeconômico se esquecendo de demandas subjetivas ligadas à raça/etnia, analisando que com a política de reserva de vagas o contingente de alunos negro aumenta consideravelmente, não pensar em objetivos focais a este grupo é ignorar de forma categórica o funcionamento normal da sociedade que tem como elemento integrante da sua organização econômica e política o

racismo (ALMEIDA, 2018), é obvio que políticas direcionadas a situação socioeconômica atingirão o estudantes negros, entretanto esse grupo sofre não somente pela questão financeira, mas também pelo racismo institucional que se manifesta desde uma lógica administrativa até um conteúdo na estrutura curricular obstante a sua história de vida, valendo lembrar que as práticas de racismo/discriminação se manifestam de forma consciente e inconscientemente, no caso do racismo institucional, as instituições tem como função absorver os conflitos inerentes da sociedade e criar normativas que as mantenha sobre controle e por isso carregam em si conflitos presentes na sociedade que muitas vezes passam como “naturais” (ALMEIDA, 2018).

“No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade.” (ALMEIDA, 2018 p. 27).

Desse modo as instituições podem modificar seus significados e sentidos com a intencionalidade de se perpetuar esse domínio, e para isso até mesmo conceder vantagens a grupos em minorias políticas e racialmente excluídos como é o caso das políticas de reservas de vagas e as políticas de permanência, entretanto geralmente essas modificações práticas administrativas se mantem ao ponto de manter estáveis os conflitos com os grupos para a manutenção da coesão social e de poder vigente do grupo “hegemônico”. Podemos perceber isso quando as políticas de reserva de vagas não ascendem até a pós-graduação ou quando as políticas de permanência abarcam somente ações ligadas ao socioeconômico. (ALMEIDA, 2018).

“Ainda que essencial, a mera presença de pessoas negras e outras minorias em espaços de poder e decisão não significa que a instituição deixará de atuar de forma racista.” (ALMEIDA, 2018 p. 31). Dentro de uma instituição as ações dos indivíduos são direcionadas pelas próprias estruturas da instituição, por isso ter a presença de sujeitos negros dentro da mesma não quer dizer necessariamente práticas antirracista, sem que haja o compromisso da instituição com a criação de mecanismos institucionais efetivos de promoção da igualdade, que estão além de apenas permanecer, sendo o permanecer somente o principio. (ALMEIDA, 2018).

As ações isoladas dos campi para promover ações que minem esse racismo indireto que em muitas vezes são por meio de eventos e outras estratégias são interessantes, mas não se fazem como uma proposta articulada e racionalmente pensada dentro da estrutura da UNESP como foi explanada no caso da configuração das políticas de permanência da UNESP, não tem peso como uma comissão geral que busque a implementação da Lei 10639/03 de ensino da história Afro e 11.645/08 que contempla o ensino da história Indígena minimamente na estrutura curricular dos cursos de licenciatura ou que trate de abordagens não racistas pelo corpo técnico-administrativo, guardas patrimoniais ou a implantação das reservas de vagas na pós-graduação que ao longo prazo culminaria no aumento de professores universitários negros.

Desconsiderando a questão da falta de direcionamento das políticas de permanência para as questões raciais, podemos afirmar que a estrutura da permanência da UNESP apresenta uma articulação interessante, tendo um núcleo paritário que se ramifica para as unidades, tendo políticas gerais e locais sempre se baseando e consultando os princípios nucleares, entretanto algumas das medidas se mostraram inconsistentes, pensando no RU que além de não ter um padrão de funcionamento, não se faz presente em todas as unidades e as moradias que também seguem está questão de se restringirem a alguns campi.

### **3.2 Dados da execução da permanência e relação com a reserva de vagas.**

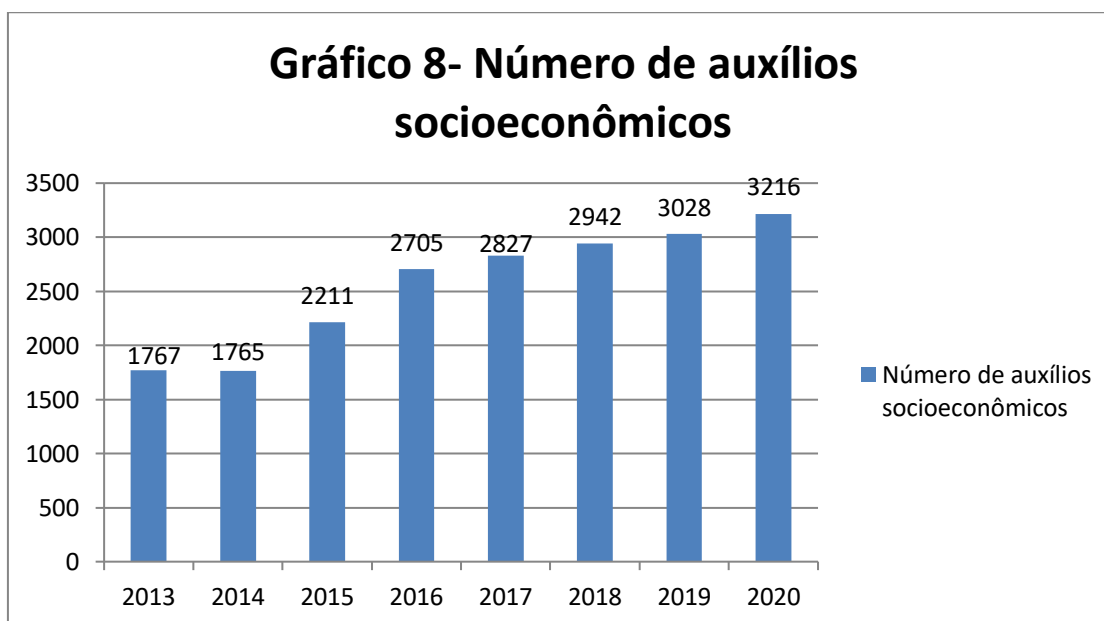
Segundo o relatório da COPE, em 2020 foram distribuídos pelas unidades 4.573 auxílios dentre todas as modalidades já citadas, neste processo 817 alunos não foram contemplados por não cumprirem com alguma das exigências estabelecidas pela UNESP, no mesmo ano tivemos o ingresso de 3.878 alunos pelo sistema de reserva de vagas, o número de bolsas distribuídas foi capaz de amortizar a demanda dos alunos que ingressaram nas unidades e os veteranos que já se enquadravam no perfil da permanência estudantil, dos que foram contemplados pelos auxílios 77% eram alunos que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas.

Desde o período exercício do sistema de reserva de vagas em 2014 ao ano de 2020 tiveram 33.735 mil inscritos nas políticas de permanência

estudantil e 26.552 mil contemplados com alguma das modalidades, equivalendo a 78,7% de contemplados em comparação a inscritos. Desses contemplados ao longo destes anos 59,8% ingressaram pelo sistema de reserva de vagas, dentre estes 42% eram pretos, pardos e indígenas (PPIs) e 58% de escola pública. De 2014 a 2019 matricularam-se na Unesp 43.510 destes 16.371 se declararam com renda familiar per capita abaixo de 1,5 salário mínimo.

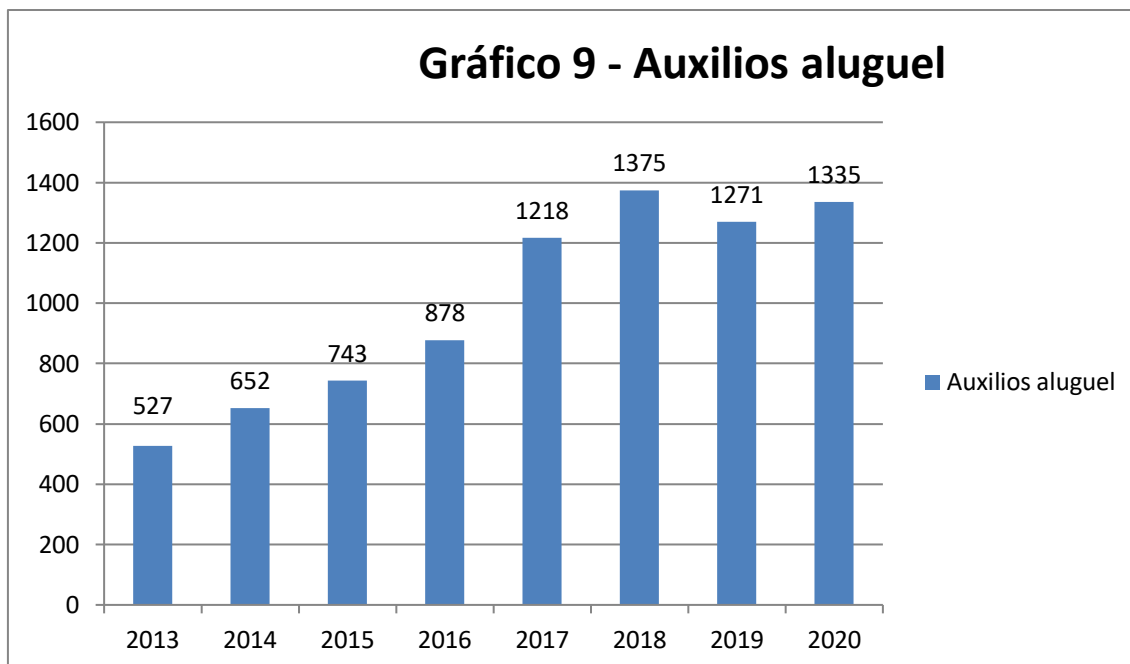
Dando uma atenção a alguns auxílios que pensamos ser mais estratégicos e por isso de mais relevância para os estudantes da permanência, iremos observar a forma que ao longo da aplicação da política de reserva de vagas como se manifestou o impacto isoladamente no auxílio socioeconômico e auxílio aluguel.

Por meio do relatório da COPE de 2020 podemos ver o crescimento do número de distribuição de auxílios permanência e alugueis do período de 2013, ano que não havia reservas de vagas, até o ano de 2020.



Fonte: Cope.





Fonte: Cope.

Interpretamos que a queda nos auxílios aluguel nos anos de 2019 e 2020 esteja relacionada à pandemia de COVID-19, pela suspensão das aulas presenciais nas UNESP muitos alunos optaram para voltar para suas residências, como medida de diminuir gastos.

Segundo o relatório COPE 2020 a meta estabelecida em 2014 de que todos os alunos que se enquadrem nos critérios estabelecidos pela UNESP sejam contemplados com pelo menos um auxílio é cumprido desde que foi afirmada.

#### **4 Sucesso dos alunos que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas na UNESP.**

A política de reserva de vagas desde sua idealização até sua aplicação sofreu inúmeros ataques que tinham como discurso base a queda da qualidade no ensino superior público com a inserção de alunos negros e de escola pública dentro do seu quadro de alunos, para investigarmos os efeitos dessa política na qualidade do ensino superior temos que mensurar o sucesso dos alunos advindos desse sistema, e para que para isso utilizaremos os seguintes critérios: notas em comparativo, índice de desempenho, frequência e evasão.

Nessa etapa do trabalho partiremos de uma perspectiva micro e macro fazendo uso de dados locais e dados gerais, utilizaremos dados referentes ao curso de biologia do Instituto de Biociências do campus de Rio Claro, o curso

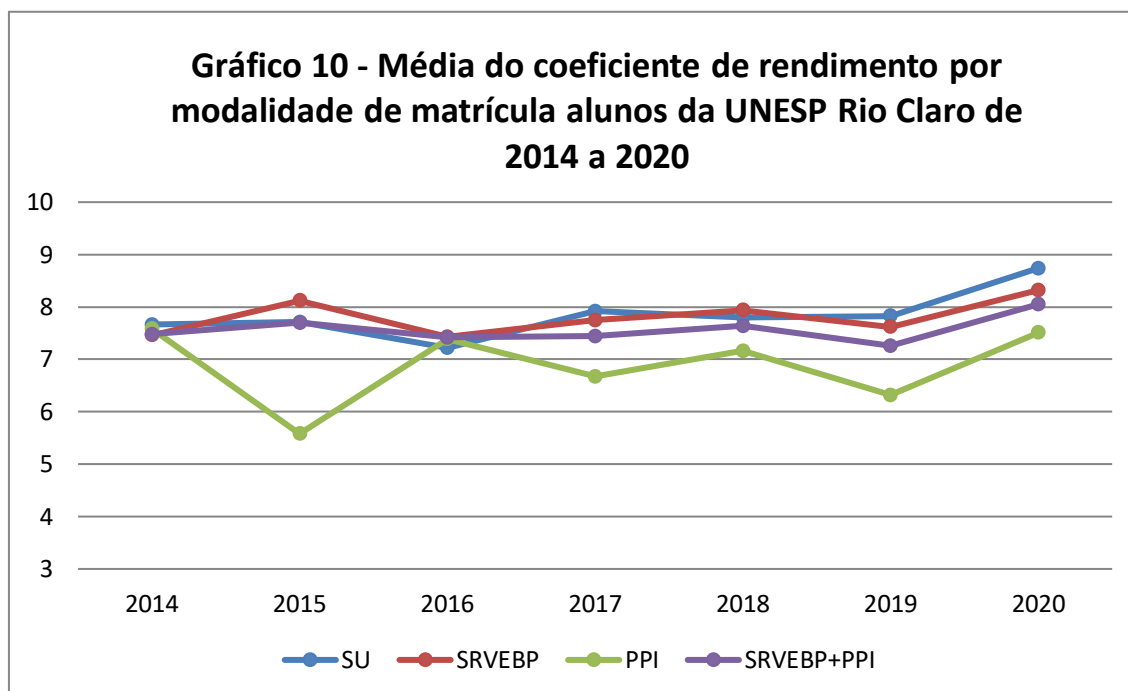
foi escolhido por entendermos que ele reúne elementos que podem ser abstraídos para uma gama maior de cursos, tendo elementos das humanas, pensando na licenciatura, exatas e biológicas e os dados macro são retirados da pesquisa realizado por Galhardo (2020), Vasconcelos (2020) e Rodrigues (2020), os autores reuniram informações do banco de dados do Sistema de Graduação da UNESP (SISGRAD), que agrupam dados de todos os estudantes, o período amostral trabalhados pelos autores foi de 2014 a 2017, além de dados da pesquisa realizada por Cagliari, Lemke; Barreiro, Domingues, Putti e Vidotti (2020) que utilizaram o mesmo banco de dados dos autores já citado porem cobrem um período maior de dados e buscam responder outras questões.

Para mensurar o sucesso no desempenho acadêmico dos alunos iremos comparar a média dos coeficientes de rendimento, por modalidade de matricula dos anos 2014 a 2020 no curso de biologia da UNESP Rio Claro e aferir se existe algum impacto notável nas médias dos diferentes tipos de matricula.

**Tabela 2 – média do coeficiente de rendimento por modalidade de matricula alunos Biologia UNESP Rio Claro de 2014 a 2020**

<b>Modalidade de matricula</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>Media Período</b>
<b>SU</b>	7,66	7,71	7,22	7,92	7,80	7,83	8,74	7,84
<b>SRVEBP</b>	7,46	8,12	7,43	7,75	7,94	7,62	8,32	7,80
<b>PPI</b>	7,58	5,58	7,39	6,67	7,16	6,32	7,51	6,88
<b>SRVEBP+PPI</b>	7,48	7,70	7,42	7,44	7,64	7,26	8,05	7,52

Fonte: Cagliari, Lemke; Barreiro; Domingues; Putti e Vidotti (2020)



Fonte: Cagliari, Lemke; Barreiro; Domingues; Putti e Vidotti (2020)

Como é possível ver por meio dos dados não existe uma grande diferença entre os coeficientes dos matriculados pelo SU e pelo SRVBP+PI, isoladamente existe uma distinção mais expressiva nas notas dos alunos PPIs em comparativo com os outros sistemas de matrícula. De modo geral os dados indicam que não há diferenças relevantes entre o rendimento acadêmico de alunos matriculados pelo sistema de reserva de vagas e os do sistema de concorrência universal.

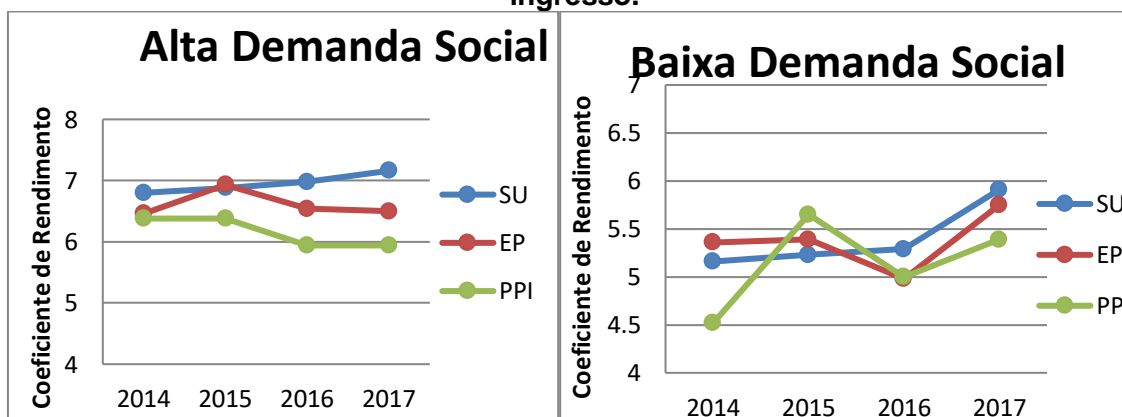
Expandido os dados em relação ao desempenho acadêmico para o campo macro com dados de todas as unidades da UNESP e acrescentando o critério de alta e baixa demanda social dos cursos, entenderemos que cursos considerados de baixa demanda social são aqueles que apresentam no vestibular relação candidato/vaga abaixo de 3 e os cursos de alta demanda serão considerados aqueles que apresentam relação candidato vaga superior a 25.

**Tabela 3 – Média do coeficiente de rendimento por alta e baixa demanda social de 2014 a 2017**

2014	SU	EP	PPI	SU	EP	PPI
	Alta	Alta	Alta	Baixa	Baixa	Baixa
<b>Média</b>	6,80	6,46	6,38	5,16	5,36	4,52
2015	SU	EP	PPI	SU	EP	PPI
	Alta	Alta	Alta	Baixa	Baixa	Baixa
<b>Média</b>	6,88	6,93	6,38	5,23	5,39	5,65
2016	SU	EP	PPI	SU	EP	PPI
	Alta	Alta	Alta	Baixa	Baixa	Baixa
<b>Média</b>	6,98	6,54	5,94	5,29	4,98	5,00
2017	SU	EP	PPI	SU	EP	PPI
	Alta	Alta	Alta	Baixa	Baixa	Baixa
<b>Média</b>	7,16	6,50	5,94	5,91	5,75	5,39

Fonte: Galhardo, Vasconcelos, Rodrigues 2020.

**Gráfico 11 - Coeficiente de Rendimento Médio nos grupos SU, EP e PPI, em cursos de alta demanda social e de baixa demanda social, por ano e forma de ingresso.**



Fonte: Galhardo, Vasconcelos, Rodrigues 2020.

Quando fazemos a separação dos cursos em alta e baixa demanda social podemos ver que os dados referentes aos cursos de baixa demanda social seguem o mesmo padrão dos dados micro recolhidos na UNESP Rio Claro, quando olhamos para os cursos de alta demanda a diferença dos

coeficientes de rendimentos se tornam mais acentuados, mesmo assim a diferença não é expressiva a ponto de interferir potencialmente no sucesso dos alunos oriundos da reserva de vagas, assim como nos dados micro o grupo PPIs apresenta maior vulnerabilidade.

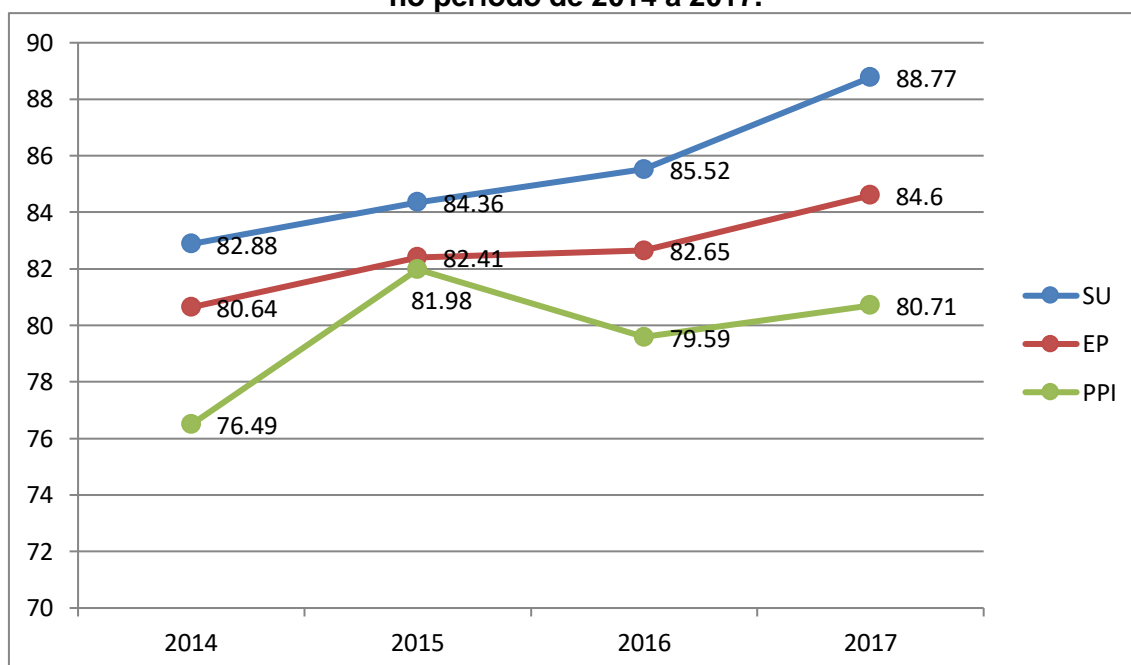
O índice de desempenhos (% de disciplinas em que foi aprovado entre as que estava matriculado), complementa as informações do coeficiente de rendimento dando um entendimento melhor do sucesso dos alunos da reserva de vagas no que diz respeito a desempenho acadêmico.

**Tabela 4 – índice desempenho de cotistas e não cotistas da UNESP, por ano, no período de 2014 a 2017.**

	SU	EP	PPI
<b>2014</b>	82,88%	80,64%	76,49%
<b>2015</b>	84,36%	82,41%	81,98%
<b>2016</b>	85,52%	82,65%	79,59%
<b>2017</b>	<b>88,77%</b>	<b>84,60%</b>	<b>80,71%</b>

Fonte: Galhardo, Vasconcelos, Rodrigues 2020.

**Gráfico 12 – índice desempenho de cotistas e não cotistas da UNESP, por ano, no período de 2014 a 2017.**



Fonte: Galhardo, Vasconcelos, Rodrigues 2020.

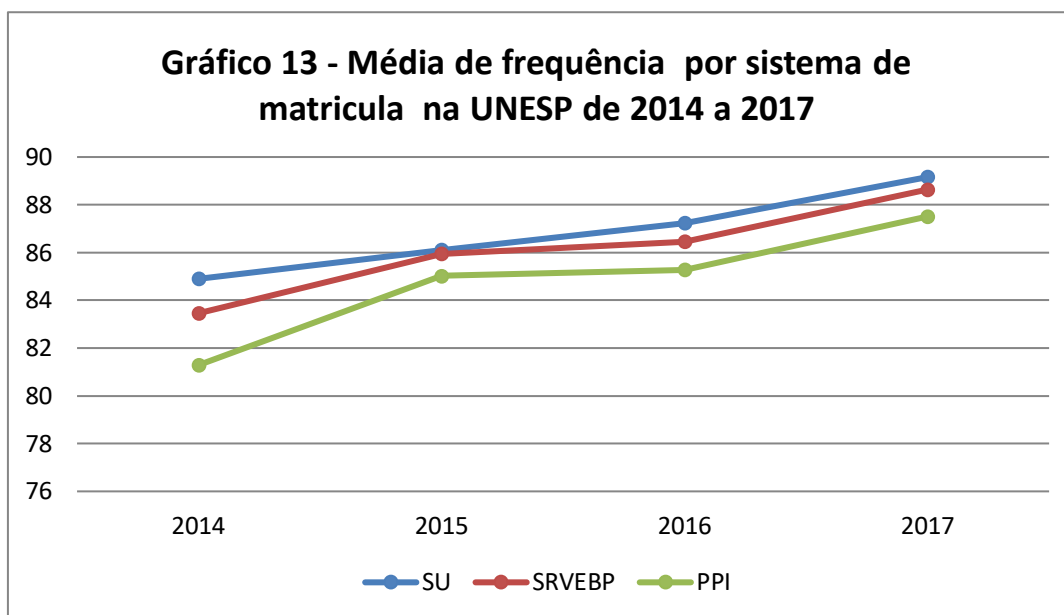
Os grupos SU e EP (escola pública) apresentam uma tendência de aumento da porcentagem de desempenho mais linear e com uma diferença percentual desprezível o grupo PPIs apresenta um aumento percentual menos linear e com uma diferença percentual mais avantajada em relação aos demais grupos, em geral a diferenciação entre os grupos não apresenta desvios consideráveis.

A frequência nas aulas de graduação é um ponto de relevância para nosso entendimento de sucesso dos alunos, entendemos que os grupos matriculados pelo sistema de reserva de vagas apresentam maior vulnerabilidade em relação aos alunos matriculados pelo SU, queremos entender se ocorre alguma distorção relevante entre os índices de frequência entre os grupos.

**Tabela 5 – média de frequência de todos os alunos da UNESP por modalidade de matrícula de 2014 a 2017**

<b>Modalidade de matrícula</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
<b>SU</b>	84,90%	86,11%	87,24%	89,16%
<b>SRVEBP</b>	83,46%	85,95%	86,46%	88,64%
<b>PPI</b>	81,29%	85,03%	85,28%	87,51%

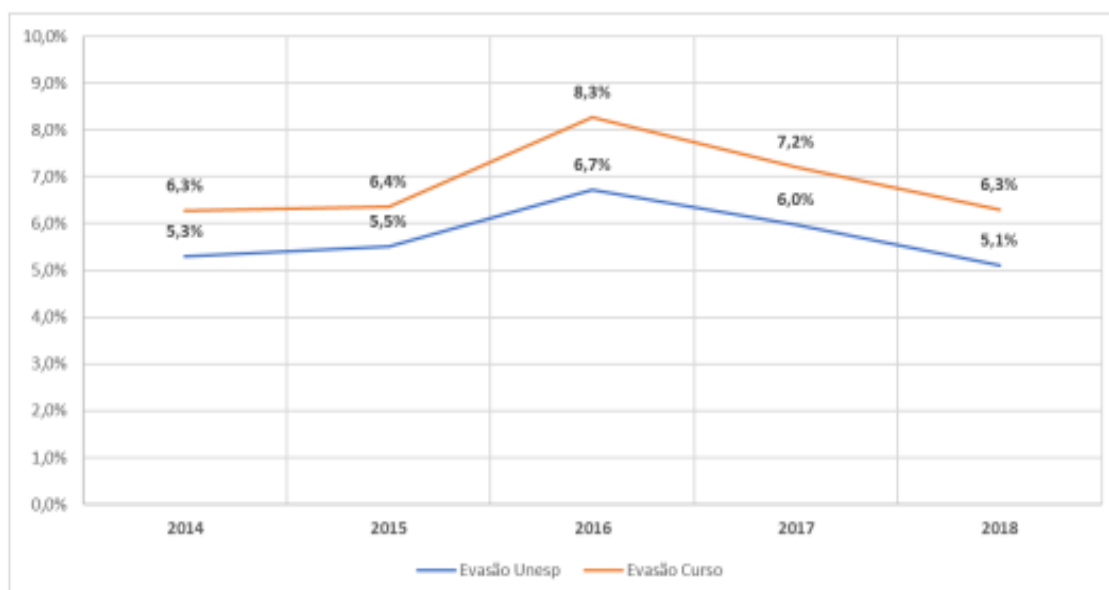
Fonte: Galhardo, Vasconcelos, Rodrigues 2020.



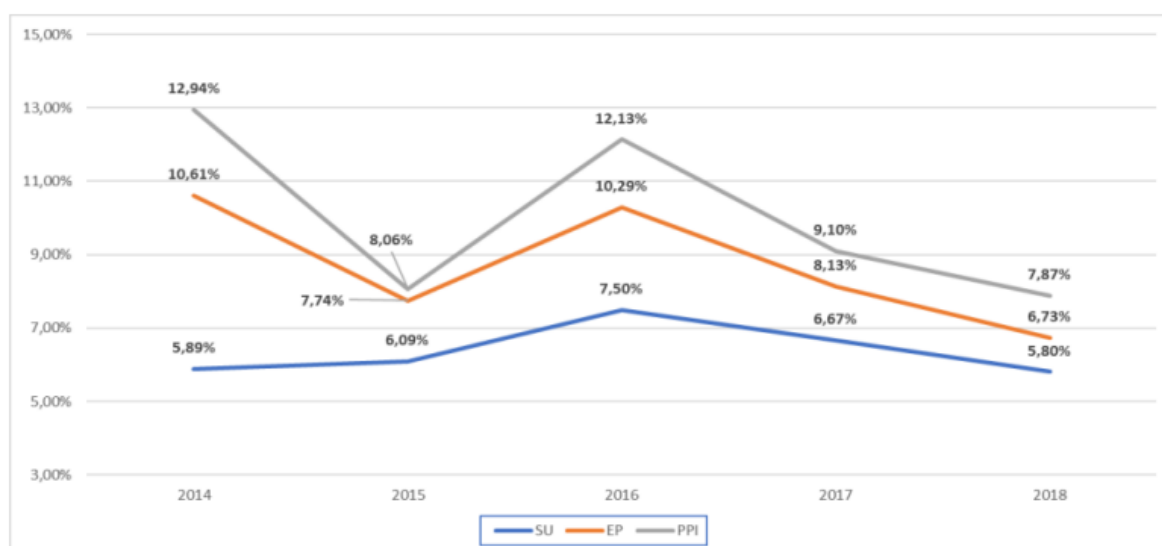
Fonte: Galhardo, Vasconcelos, Rodrigues 2020.

A frequência dos alunos por modalidade de matrícula seguiu o mesmo padrão da média do coeficiente de rendimento dos alunos, apresentando pouca diferença sendo essa mais aparente no grupo PPIs, podemos notar que ocorreu um aumento geral entre os estudantes na porcentagem de frequência à medida que o número da reserva de vagas aumentava sua porcentagem, e todos os dados estão acima da frequência mínima estipulada pela UNESP que é de 70%.

As taxas anuais de evasão na UNESP foram de 6,7% em 2016 e de 5,1% em 2018, ficando abaixo da média nacional das instituições ensino superior público que foram de 27,2 % em 2016 e 18,5% em 2018 (CAGLIARI; LEMKE; BARREIRO; DOMINGUES; PUTTI,; VIDOTTI. 2020). Como veremos no gráfico 14, a uma ligeira distinção entre os dados referentes à evasão dos diferentes tipos de matrícula, mais uma vez o grupo PPIs apresenta maior vulnerabilidade com a propensão a evadir em relação aos demais grupos.

**Gráfico 14 – Índices anuais de evasão dos cursos e da Unesp (2014-2018)**

Fonte: Cagliari; Lemke; Barreiro; Domingues; Putti,; Vidotti.(2020).

**Gráfico 15 – Índices anuais de evasão dos cursos da Unesp, por categoria de ingresso (SU, EP, PPI)**

Fonte: Cagliari; Lemke; Barreiro; Domingues; Putti,; Vidotti.(2020).

A apesar da fácil observação da diferença entre os grupos este não é tão discrepante após o segundo ano da reserva de vagas, além de que entre o período de 2016 a 2018 a política de reserva de vagas promoveu uma diminuição nas taxas de evasão de forma geral na UNESP e a diferença entre os grupos se atenuou e mesmo depois da implementação da reserva de vagas



a taxa de evasão da UNESP se manteve abaixo da média nacional, demonstrando um efeito positivo.

Os dados indicam que as políticas de reserva de vagas não oneraram a qualidade da universidade mostrando que os alunos de reserva de vagas tem desempenho correlato ao do SU, além de promover um efeito benéfico na redução da evasão. Mesmo com os dados corroborando para uma não diferenciação significativa temos que nos atentar aos pequenos desvios, pois demonstrar que os alunos de reserva ainda sim precisam de apoio, não podemos atribuir todo o sucesso da política de reserva de vagas no desempenho, ele só é parte da lógica de inclusão desses grupos na UNESP.

#### **5. Política de reserva de vagas na pós-graduação.**

A UNESP de forma geral não oferece e nem normatiza políticas de reserva de vagas para a pós-graduação com exceção do Instituto de Artes, curso de Geografia de Presidente Prudente-SP e o programa de Ecologia, Evolução e Biodiversidade do campus de Rio Claro-SP, na maioria dos casos os programas de pós-graduação tem autonomia para definir seus critérios e processos de seleção, sendo possível essa dicotomia dentro da mesma universidade (Venturini, 2017).

Com o crescente entendimento da necessidade e implantação de políticas de ações afirmativas em inúmeras esferas, a política de reserva de vagas passa a fazer parte de diversas instâncias do serviço público e reverberam em ações dentro das instituições privadas, mesmo com uma aceitação maior essas medidas ainda causam tensões no meio acadêmico e fora dele, nesse contexto pensamos que a pós-graduação é um espaço de resistência a essas ações, pois apesar de desde 2002 ser possível ver ações de políticas de ações afirmativas nas graduações de instituições de ensino superior público, na pós-graduação é pouco conhecido e sofre por falta de literatura acadêmica que se dedique a estudar como essas medidas funcionam na prática e como elas foram estruturadas enquanto políticas públicas (VENTURINI, 2017).

Diversamente do que ocorre com as ações afirmativas para graduação, ainda não há uma legislação federal que regulamente as medidas para pós-graduação, de forma que, tais políticas têm sido criadas de forma autônoma por cada programa ou instituídas por leis estaduais ou resoluções dos conselhos universitários aplicáveis a todos os programas de uma universidade. (VENTURINI, 2017 p.3).

A portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016 instituiu prazo de 90 dias para que as universidades federais criassem políticas de reserva de vagas para os cursos de pós-graduação e comissão para o acompanhamento destas ações, entretanto a portaria nº 545, de 16 de junho de 2020, revogou as determinações da portaria anterior colocando em risco o avanço das ações afirmativas e diversidade nos cursos de pós-graduação.

Os programas de pós-graduação da UNESP contam com 14.151 discentes matriculados desse montante 72,21% se autodeclaram brancos e 20,57% se autodeclaram negros (pretos e pardos), 8,23% não possuem informações de sua autodeclaração (SOUZA; KLEIN 2020).

“A baixa participação de pretos e pardos em cursos de pós-graduação está relacionada a um processo histórico de exclusão desses grupos das universidades brasileiras, não apenas na pós-graduação, como também cursos de graduação.” (VENTURINI, 2017 p.5).

A universidade como um todo é regida por uma perspectiva eurocêntrica se evidenciando cada vez mais intensa nos níveis mais altos das instituições, essa fantasia cria ideogramas arquetípicos que repousam a ciência, a filosofia o belo como princípios brancos excluindo e falseando outros grupos étnicos da produção universal de conhecimento, dentro desse conceito que tem como base a superioridade da cultura europeia criam mitos diretores e estruturantes que excluem por uma infinidade de fatores os negros, indígenas e quilombolas (Carle, 2019).

A falta de expressão desses grupos dentro dos programas de pós-graduação afeta diretamente o número de docentes representantes do mesmo, na UNESP 35,39% dos docentes da pós-graduação não declararam sua cor, dos que declaram 57,60% são brancos, seguidos 4,15% são pardos, amarelos 1,90%, pretos 0,90% e indígenas 0,06% (SOUZA; KLEIN 2020).

A distribuição racial nos programas de pós-graduação tanto no segmento discente como docente não chegam perto de estar em paralelo com a distribuição racial no âmbito nacional, segundo dados do último censo demográfico (2019) realizado pelo IBGE 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 56,2 como negros (pretos e pardos), 1,1% como amarelos ou indígenas.

A estrutura de poder da UNESP é composta por órgãos colegiados locais e centrais em parte deles contam com a representação dos três setores da UNESP docentes, discentes e técnicos- administrativos (funcionários), em proporção de cadeiras 70%, 15% e 15%, com exceção dos órgãos paritários já citados (CPPE E COPE), deixando o maior poder de deliberação para o grupo dos docentes, apesar de comissões estratégicas para o desenvolvimento das políticas de permanência ser paritário, dando possibilidade igual nas decisões do grupo docente aos demais poderes, todo o resto da estrutura de poder da UNESP não, como já mencionado em capítulo anterior somente decisões no campo financeiro não são suficientes para uma real inclusão e mudança de cultura da instituição, apesar de muitos docentes serem simpáticos as causas das questões negras, da inclusão e diversidade só o grupo que vivencia na pele conhece suas subjetividades e demandas de forma visceral, a extensão das políticas de reserva de vagas na pós-graduação garante a criação de um corpo docente mais concreto de negros e oriundos de escola pública capazes compor essa estrutura de poder universitária e causar impactos mais profundos na cultura institucional.

Na economia de poderes para a manutenção do pacto social parece que as concessões dadas pelo poder ficam no nível de apaziguamento dos conflitos para que todo o tecido social não se rompa, sempre se estabeleça num campo seguro, um que não corra sua estrutura, é inegável que as políticas de reserva de vagas na graduação seja importante e eleve grupos historicamente negligenciados e sabotados, entretanto o espaço que possibilita a decisão, a produção de um “poder saber” ainda não é tão acessível.

O saber que por si só é manifestação do poder, e ao mesmo tempo constituído por ele, tem tempo e espaço é uma materialidade produzida, através de diversos mecanismos de produção e circulação que controlam a existência do discurso, buscando enquadrá-lo, criando rigorosos regimentos, uma economia política do discurso, do saber e da verdade, nessa perspectiva de Foucault a verdade é um invento, por isso não é natural e, além disso, um campo de disputa e domínio (LUIZ, 2010).

A universidade é um espaço de produção de verdade, mesmo no cenário atual com a disseminação de informações equivocadas que em certos grupos causa questionamento da verdade, ainda sim o técnico-científico impera

como verdade na contemporaneidade ocidental, apesar da graduação ofertar ensaios dessa produção é na pós-graduação e nos mestres e doutores que recai o manto dessa produção, relegar a política de reserva de vagas apenas para a graduação revela um discurso um tanto mesquinho e estratégico, com constante necessidade de trabalho especializado decorrente do capitalismo especulativo. A graduação perde seu caráter diferencial para uma necessidade na colocação em certos níveis do mercado de trabalho formal. Já a pós-graduação ainda mantém seu status de produção de conhecimento e verdades, assim mesmo dando oportunidade para os grupos excluídos se colocarem de forma digna no mercado de trabalho a produção de verdade se mantém preservada.

Observado por esse prisma a proposta de cotas para o vestibular ainda se coloca num campo conservador, buscando uma lenta inclusão a perder de vista, para dez, vinte, cinquenta anos, creio que para analisar a falta de negros na universidade é necessário observar a pirâmide do mundo acadêmico pelo topo, não é tanto pelo número de ingressantes negros, mas sim pelo número de professores, que tem o poder de produzir, reproduzir ou mudar o sistema universitário pelo fato de estar nesse grupo o poder de gerir o sistema universitário brasileiro. (CARVALHO, 2004).

Como já citado os processos de seleção para ingresso nos programas de pós-graduação não são universalistas os candidatos pelo fato de poder ocorrer protocolos e formas de seleção com enorme variação dentro de uma mesma universidade, mas invariavelmente existe uma fase de entrevista que personaliza de forma intensa a decisão nas mãos da banca, geralmente é nessa etapa que os estudantes negros são eliminados da concorrência. (Carvalho, 2004).

“A falta de monitoramento externo das entrevistas dificulta a composição de eventual tratamento desigual dedicado aos estudantes negros. Repetindo: a seleção para a pós-graduação é o resultado de preferências, que demandam manutenção de linhas para que os professores continuem com seus interesses de pesquisas e encontrem estudantes que se adaptem a esses interesses. Nesse quadro, às vezes nem há como comparar a capacidade relativa dos estudantes, porque não há unificação de critérios entre os professores, os programas, as linhas de pesquisa e os recursos institucionais disponíveis.” (CARVALHO, 2004 p.16).

“[...] se o aluno é negro e desconhecido, incidirão mais fortemente sobre ele os estereótipos negativos e os preconceitos que são projetados sobre o

aluno negro: menos capaz, com mais deficiências, etc.” (CARVALHO, 2004 p. 17).

Mesmo quando com todas as barreiras esses indivíduos conseguem se inserir dentro dos programas de pós-graduação, segundo Carle (2019) cita das suas verificações, há inúmeras observações de estudantes negros primeiro colocados nos processos de ingresso na pós-graduação, tanto no mestrado quanto doutorado, serem expulsos logo depois por serem considerados inaptos.

“As coordenações dos programas sempre se colocam como vítimas das intenções das maiorias, que são os colegiados, majoritariamente compostos por docentes brancos/as que usam de sua qualificação (doutoramento) como imagem inexpugnável de sabedoria e poder. Argumentam que seus esforços não são igualados por aqueles que eles excluem, mas não percebem ou “não dão importância mesmo”, que suas formações foram feitas por um contingente único de homens e mulheres brancos hetero normativos de origem, ou com formação baseada em uma ciência europeia e não afeita aos sistemas de pensamento dos grupos “tradicionais” da sociedade brasileira.” (CARLE, 2019 p.18).

“Um estudante negro às vezes não sabe como engajar intelectualmente a atenção do professor branco, simplesmente porque não compartilha do universo social e simbólico em que se movem os brancos universitários.” (CARVALHO, 2004 p.20).

Os sujeitos negros para tentarem ter uma chance nesse espaço muitas vezes se travestem de brancos reproduzindo e absorvendo os códigos da universidade branca, em choque com suas narrativas de vida por ser um espaço que sempre foi estranho a esse grupo abrindo mão das suas biografias e seus valores e muito especialmente da lucidez que introjetaram ao ter que lidar diariamente com a discriminação, se não assim fizer acabam tendo que lidar com confronto direto com o *ethos* desse território. (CARVALHO, 2004).

Podemos também observar que o topo da pirâmide universitária carrega, a injustiça simbólica que faz com que esses grupos não se vejam representados em figuras modelares que ajudem a construção de uma autoimagem positiva dentro do meio acadêmico, além da carência de um capital cultural específico que pode causar violência simbólica e afetar o desempenho acadêmico. (CARVALHO, 2004).

Essa conjuntura da pós-graduação gera invisibilidade de temáticas negras no currículo acadêmico, não produção de saberes que rompam com essa lógica reprodutora do eurocentrismo, exclusão de alunos negros da pós-graduação que não tem espaço para colocar e pesquisar suas temáticas, pelo fato dos programas ou não contemplarem ou não ser do interesse do corpo docente branco. (SILVA, 2020).

É notório que reserva de vagas na pós-graduação é um ponto estratégico para mudança cultural do meio acadêmico e para a sociedade, entretanto é um campo de disputa e domínio que não pode ficar fora se o intuito real for à construção de uma universidade e sociedade mais igualitária.

## **6 Considerações finais**

A política de reserva de vagas na UNESP teve um grande impacto no acesso dos estudantes negros e de escola pública na instituição, apesar do gradual aumento de estudantes com esse perfil, ainda não temos número de matriculados equalizados, fato que levará ainda alguns processos seletivos para se concretizarem quanto à manutenção dos estudantes matriculados pelo sistema de reserva de vagas, a UNESP apresenta uma estrutura de permanência que tem suas ramificações centrais e locais, tendo parte dela paridade entre os setores da universidade (docentes, discentes e funcionários) nas decisões, os dados fornecidos pela instituição referentes ao alcance da permanência e sua adaptação ao aumento de demanda pós reserva de vagas indicam que a UNESP vem atendendo a demanda desde 2014, entretanto creio que para termos um real panorama da situação seria necessário coletar dados dos usuários e os que foram excluídos do processo para fazer paralelo aos dados da instituição.

Foi possível observar que as políticas de permanência estão diretamente direcionadas e estruturas para questões financeiras que de fato são essenciais para criar condições para que os estudantes se mantenham na universidade, porém questões subjetivas e de mudança de cultura institucional, ou não estão nos cálculos estratégicos da universidade ou são secundarizados. Acreditamos que para se concretizar essa empreitada rumo a um espaço universitário democrático e diverso, a universidade tem que acolher as demandas subjetivas dos grupos introduzidos e evoluir sua cultura juntamente com esses novos

olhares. Além de dar suporte psicológico adequado a esse grupo levando em conta as particularidades do efeito do preconceito e discriminação, se a permanência se inscreve no campo somente do suporte financeiro, a chance da estratificação e desigualdades sociais no ambiente universitário se mantenham e até mesmo se reforcem, é grande.

Uma grande preocupação que era difundida no meio acadêmico e fora dele, estava direcionada a qualidade da universidade pós-implementação das políticas de reserva de vagas, como ficou evidente com os dados apresentados no trabalho essa qualidade não foi alterada, tendo na verdade um efeito positivo na evasão, e no que se refere a desempenho acadêmico as diferenças apresentadas são inexpressíveis, tendo uma nuance maior se destacarmos o grupo PPIs, entretanto pensamos que esse diferença seria menos se o número de alunos por tipo de matrícula na UNESP já tivesse equalizado.

Outro ponto que se foi estudado e se mostrou muito pertinente para a efetivação de um espaço universitário diverso e uma mudança da cultura desse território, foi pensar nas políticas de vagas na pós-graduação, pois nesse grau de formação que se tem a possibilidade de formação de professores universitários que é o grupo que de fato faz a gestão universitária dando oportunidade para uma mudança real na cultura. Na UNESP apenas duas unidades promovem essa ação sendo muito pulverizada para ter um efeito massificado na estrutura da universidade.

Por fim a política de reserva de vagas na UNESP demonstrou ter um efeito positivo na inserção e manutenção dos alunos ingresso por esse sistema, mas ainda tem um longo caminho para promover uma mudança de cultura universitária e de fato promover uma mudança na ponta da pirâmide, que acreditamos ser o mais estratégico para realização da universidade para todos e com a cultura de todos.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.

AMORA, Antônio Soares. **Minidicionário Soares Amora da Língua Portuguesa** /Antônio Soares Amora-19ª ed.- São Paulo: Saraiva, 2009.

ANKING of World Universities. [S. l.], 7 jan. 2021. Disponível em: <https://www.mastersportal.com/rankings/2/academic-ranking-of-world-universities-shanghai-jiao-tong-university.html>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ARAÚJO, Maria Amélia Máximo de et al. **O impacto da política de permanência estudantil na UNESP - a percepção do aluno bolsista**. Revista Ciência em Extensão, v. 7, n. 2, p. 16-28, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/114729>>.

AVERSA, Vinicius de Oliveira; FLORENTINO, Raiane .ANPEGE, 13., 2019, São Paulo/SP. **O PERFIL DOS CANDIDATOS DA UNESP: UMA ANÁLISE A PARTIR DO DESEMPENHO [...]**. [S. l.: s. n.], 2019.

AVERSENTE, Lucas. **AÇÕES AFIRMATIVAS: REPARAÇÃO HISTÓRICA E INCLUSÃO DO NEGRO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS**. CONGRESSO DE ENSINO DE GRADUAÇÃO, 3., 2017, São Carlos/SP. [...]. São Carlos/SP: [s. n.], 2018.p.77-87.

AVERSENTE, Lucas. **Ações Afirmativas: Reparação Histórica e Inclusão do negro nas Universidades Públicas**. Orientador: José Euzébio de Oliveira Souza Aragão. 2016. 54 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Rio Claro/SP, 2016.

AVIANI, D. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES. **Póesis Pedagógica**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2011.



DOI: 10.5216/rpp.v8i2.14035. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 2 abr. 2021.

BRANCO, E. P.; BRANCO, A. B. de G.; IWASSE, L. F. A.; ZANATTA, S. C. Uma visão crítica sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular em consonância com a reforma do Ensino Médio. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 10, n. 21, p. 47–70, 2018. DOI: 10.28998/2175-6600.2018v10n21p47-70. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/5087>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL. **DECRETO-LEI Nº 4.244, DE 9 DE ABRIL DE 1942**. Exposição de Motivos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-133712-pe.html>. Acesso em 17 mar. 2017.

BRASIL. **PORTARIA Nº 545, DE 16 DE JUNHO DE 2020**. Revoga a Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-545-2020-06-18.pdf>. Acesso em: 10,fer de 2022.

BRASIL. **PORTARIA NORMATIVA Nº 13, DE 11 DE MAIO DE 2016**. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativasna Pós-Graduação, e dá outras providências. Disponível em:[https://www.in.gov.br/materia//asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473](https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473). Acesso em: 10,fer de 2022.

BRASIL. **Constituição (1934) Constituição** da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, **1934**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm)>.

CARLE, Cláudio Baptista. O imaginário eurocentrado e o racismo institucional: a exclusão de negros/as, indígenas e quilombolas na pós-graduação de

instituições públicas no país. **Educar mais**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 15-20, 20 mar. 2019.

CARVALHO, José Jorge. As Ações Afirmativas como Resposta ao Racismo Acadêmico e seu Impacto nas Ciências Sociais Brasileiras, **Teoria e Pesquisa**, Nos. 42 & 43, jan/jul, 303-340, UFSCAR, 2003.

Da Glória Soares, L. (2016). **DESAFIOS DOS ALUNOS DE CLASSES MENOS FAVORECIDAS PARA INGRESSAR E PERMANECER NA UNIVERSIDADE**. Revista Extensão & Cidadania, 2(4).  
<https://doi.org/10.22481/recuesb.v2i4.2246>

FERES JÚNIOR, J., CAMPOS, L.A., DAFLON, V.T., and VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa: conceito, história e debates [online]**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7. <https://doi.org/10.7476/9786599036477>.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 479 p. Tradutor Eduardo Brandão.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

ILVA, R. de C. R. da. A modernização da universidade no Brasil. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 6, 2017. DOI: 10.26673/tes.v6i0.9520. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/9520>. Acesso em: 2 abr. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Conheça o Brasil - População COR OU RAÇA: População COR OU RAÇA. In: **Conheça o Brasil : População COR OU RAÇA**. [S. l.], 18 mar. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 11 out. 2021.

LUIZ, Felipe. O CONCEITO DE SABER NA EPISTEMOLOGIA POLÍTICA DE MICHEL FOUCAULT. **Revista de iniciação científica da FFC**, Marília/SP, v. 10, n. 2, 10 set. 2010.

MACHADO, Isadora. **Permanência Estudantil no Ensino Superior : Análise comparativa das universidades estaduais de São Paulo**. Orientador: José Euzébio de Oliveira Souza Aragão. 2018. 72 p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Rio Claro/SP, 2018.

MARIA, Hélio Santos Alves; GOMES, Washington Paulo; SANTOS, Tais Evandra de Carvalho Teles dos; MACIEI, Analú; CAMARGO, Kissy Luan. **A POLÍTICA DE COTAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA: Histórico, reflexo na Política de Permanência Estudantil e o caso de Presidente Prudente-SP**. Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7., 2014, Vitória/SE. [...]. [S. l.: s. n.], 2014.

MAROLLA Garcia, L., Messias Fialho Capellini, V. L. ., & Lima dos Reis, V. (2020). **SAÚDE MENTAL NA UNIVERSIDADE: A PERSPECTIVA DE UNIVERSITÁRIOS DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**. Colloquium Humanarum. ISSN: 1809-8207, 17, 167–181. Recuperado de <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3593>

MASSINI-CAGLIARI, Gladis; LEMKE, Ney; MARQUES DE FREITAS BARREIRO, Iraíde; APARECIDA CUSTÓDIO DOMINGUES, Maria; FERRARI PUTTI, Fernando; APARECIDA BORSETTI GREGORIO VIDOTTI, Silvana. Impacto da Política de Reserva de Vagas nas taxas de Evasão na Unesp. **Avaliação**, Campinas/SP, v. 26, n. 1, p. 197-216, 17 mar. 2021.

SANTOS, Adriana; MARTOS, Melissa; TRENTO, Julia; JANZANTTI, Natália. **PREVISÃO DE DEMANDA DE REFEIÇÕES EM RESTAURANTE**. 2017.

SCHUCMAN, L. V., NUNES, S. da S., & Costa, E. S. (2017). **A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas**

**emergentes**. Psicologia USP, 28(1), 144-158. <https://doi.org/10.1590/0103-6564a20132413>.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. COPE: Coordenadoria de Permanência Estudantil. In: **Comissão Assessora**. [S. l.], 31 mar. 2022. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/cope/cppe/>. Acesso em: 4 maio 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Funcionamento**. [S. l.], 30 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bauru.unesp.br#!/comunidade/restaurante-universitario/funcionamento/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Funcionamento**. [S. l.], 7 fev. 2022. Disponível em: <https://www.fct.unesp.br#!/administracao/r-u/funcionamento/>. Acesso em: 7 mar. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Anuário Estatístico. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. - vol. 1(2001) -. - São Paulo: Unesp, APE, 2001 – Anual Ano abrangido pelo anuário: 2020 ISSN: 1983-1773

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Anuário Estatístico. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**. - vol. 1(2001) -. - São Paulo: Unesp, APE, 2001 -Anual Ano abrangido pelo anuário: 2019 ISSN: 1983-1773.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Anuário Estatístico. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**. - vol. 1(2001) -. - São Paulo: Unesp, APE, 2001 -Anual Ano abrangido pelo anuário: 2018 ISSN: 1983-1773.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Anuário Estatístico. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**. – vol. 1(2001) -. – São Paulo: UNESP, APE, 2001 – Anual ano abrangido pelo anuário: 2013 ISSN: 1983-1773.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Anuário Estatístico. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**. – vol. 1(2001) –. – São Paulo: UNESP, APE, 2001 – Anua Anual ano abrangido pelo anuário: 2014 | ISSN: 1983-1773

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Anuário Estatístico. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**. - vol. 1(2001) -. - São Paulo: Unesp, APE, 2001 - Anual Ano abrangido pelo anuário: 2015 ISSN: 1983-1773

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Anuário Estatístico. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”**. - vol. 1(2001) -. - São Paulo: Unesp, APE, 2001 - Anual Ano abrangido pelo anuário: 2017 ISSN: 1983-1773.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Auxílio de Permanência Estudantil**. [S. l.], 6 mar. 2022. Disponível em: <https://www.assis.unesp.br/#!/ensino/secao-tecnica-academica/auxilio-permanencia-estudantil/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Auxílio-criança**. [S. l.], 23 jan. 2019. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/crh/assuntos-de-rh/auxilio-crianca/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Censo sobre as diversidades UNESP 2021**.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Estudo sobre os Restaurantes Universitários**. [S. l.], 31 mar. 2022. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/proex/permanencia-estudantil/comissao-permanente-de-permanencia-estudantil-cppe/calendario-de-reunioes/restaurantes-universitarios/>. Acesso em: 4 abr. 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Preço da Refeição**. [S. l.], 16 fev. 2018. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/#!/rest-universitario/preco-da-refeicao/>. Acesso em: 3 ago. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Preço da Refeição.** [S. l.], 28 mar. 2019. Disponível em: <https://www.assis.unesp.br/#!/administracao/diretoria-tecnica-administrativa/restaurante/preco-da-refeicao/>. Acesso em: 8 nov. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Regulamento restaurante universitário, instituto de biociências, letras e ciências exatas: IBILCE Campus São José do Rio Preto.** [S. l.], 26 mar. 2018. Disponível em: <https://www.ibilce.unesp.br/Home/RauranteUniversitario/regulamento-ru-26-3-2018.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Reitoria. **Portaria nº 343, de 29 de agosto de 2018.** Regulamenta a Resolução UNESP nº78, de 07 de outubro de 2016, dispondo sobre a criação e as atribuições da Comissão Local de Permanência Estudantil - CLPE. São Paulo,SP,2018. Disponível:[https://www.fc.unesp.br/Home/ensino/portarias-343-2018\\_orig.pdf](https://www.fc.unesp.br/Home/ensino/portarias-343-2018_orig.pdf) Acesso 02 outubro. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Reitoria. **Resolução nº 78, de 07 de outubro de 2016.** Estabelece normas para a concessão de auxílios de permanência estudantil. São Paulo,SP,2016. Disponível <https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/?base=R&numero=41&ano=2021&dataDocumento=31/08/2021>. Acesso 02 outubro. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Restaurante Universitário.** [S. l.], 20 jan. 2020. Disponível em: <https://ib.rc.unesp.br/#!/ru>. Acesso em: 20 out. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **UNESP cria serviço de teleacolhimento à comunidade universitária.** [S. l.], 14 jun. 2020. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/35702/unesp-cria-servico-de-teleacolhimento-a-comunidade-universitaria>. Acesso em: 2 ago. 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Valores das refeições.** [S. l.], 26 set. 2019. Disponível em: <https://www.fcav.unesp.br/#!/diretoria->

administrativa/secao-tecnica-de-nutricao-ru/preco-de-tickets/. Acesso em: 6 jul. 2021.

UNIVERSITÁRIO COM OFERTA INSUFICIENTE. **Revista GUAL**, Florianópolis/SC, v. 10, ed. 1, p. 210-228, 31 maio 2017.

VEIGA, L. M. **Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta**. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 31, p. 244-248, 4 set. 2019.

VELLOSO, Jacques; CARDOSO, Claudete Batista. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31, 2008, Rio de Janeiro/RJ. **EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ALUNOS COTISTAS E NÃO COTISTAS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA** [...]. [S. l.: s. n.], 2008.

VENTURINI, ANNA CAROLINA. Encontro anual da ANPOCS, 41., 2017, Caxambu/MG. **AÇÕES AFIRMATIVAS PARA PÓS-GRADUAÇÃO: DESENHO E DESAFIOS DA POLÍTICA PÚBLICA** [...]. [S. l.: s. n.], 2017. 1-26 p. Tema: Questão racial: desigualdade, conflito e poder.